



**Workshop do grupo de stakeholders “Governo”**

*Ética, Responsabilidade Social e  
Desenvolvimento Sustentável em Portugal*

Organização: INETI/CENDES  
Relatores: Eng. Dora Palma e Dr. Paulo Martins, INETI/CENDES



## 2. Workshop do grupo de stakeholders “Governo”

### *Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal*

#### 2.1 Introdução

O Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), através do Centro para o Desenvolvimento Empresarial Sustentável (CENDES), foi convidado a organizar este *workshop*, no âmbito da Semana da Responsabilidade Social, organizada pela APEE.

Sendo missão do CENDES ser agente da operacionalização do desenvolvimento sustentável, o *workshop* foi organizado tendo em atenção os objectivos que nos propúnhamos atingir:

Em primeiro lugar, relacionar a ética e a responsabilidade social com o contributo do mundo empresarial para a operacionalização do desenvolvimento sustentável (DS).

Este objectivo está directamente relacionado com o actual debate na EU sobre a globalização, a competitividade e a Sustentabilidade. Neste contexto, a Comissão Europeia afirma o importante papel da Responsabilidade Empresarial, entendida como “a actuação voluntária das empresas, em colaboração com as partes interessadas, no sentido de conciliar as ambições económicas com as preocupações sociais e ambientais”. A nível europeu o conceito de RS centra-se nas empresas, que na sua qualidade de motores do crescimento económico, da criação de emprego e da inovação, são agentes fundamentais dos objectivos de Lisboa e dos objectivos de DS. A Comissão Europeia, estabeleceu recentemente o objectivo de tornar a Europa um pólo de excelência em matéria de RS e para esse efeito aposta no reconhecimento do que as empresas europeias já fizeram neste domínio, incentivando-as a ir mais além.

Em segundo lugar, produzir recomendações que possam orientar o trabalho futuro das Comissões Técnicas de Normalização nestas áreas, para que as empresas que venham a adoptar as futuras Normas Portuguesas de Responsabilidade Social e de Ética, contribuam de modo mais efectivo para o Desenvolvimento Sustentável em Portugal.

E em terceiro lugar, produzir recomendações para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), para que esta estratégia e respectivo plano de implementação propiciem um contexto mais adequado às práticas éticas e socialmente responsáveis das empresas.

Estas recomendações foram materializadas num documento denominado **Declaração do TEJO**, cujo draft para debate foi distribuído aos participantes.

Sabemos que os objectivos são exigentes, mas consideramo-los um desafio.

Para a sua concretização, organizámos o *workshop* do seguinte modo:

1) Duas comunicações de enquadramento, que deram as bases teóricas necessárias para o debate em termos de enquadramento político, apresentadas pelo Dr. Francisco Madelino do IEFP e pela Eng. Cristina Rocha e Eng. Rui Frazão do INETI/CENDES. Seguiu-se a apresentação de dois casos práticos, tendo em vista ilustrar o contributo e actuação em termos práticos de uma empresa de serviços pertencente ao grupo Jerónimo Martins (pela Dra. Ana Vidal) e de um organismo da Administração Pública, a Direcção Geral da Empresa (pela Eng. Ester Silva), no âmbito da ética, responsabilidade social e operacionalização do DS.

2) Com estas bases e o draft da Declaração do TEJO, pôde-se então partir para o debate. Este foi dividido em três grupos, cada um com um facilitador: um grupo orientado para a produção, moderado pelo Sr. Eng. Jorge Lopes da DHL Express Portugal, um orientado para o papel do consumo, moderado pelo Dr. Gonçalo Serra da Associação Portuguesa de Compras e Aprovisionamento, e um terceiro grupo orientado para as questões de contexto – o papel das instituições governamentais e centros de saber, moderado pelo Eng. João Vilas Lobos do IA e pelo Prof. Paulo Ferrão do IST.

3) Após debate, cada facilitador apresentou as principais conclusões. Esta parte da sessão foi orientada pelo Prof. Doutor António Gonçalves Henriques, da equipa da ENDS.

Após o *workshop* os diversos contributos do debate, que certamente reflectiram diferentes pontos de vista, foram trabalhados e incluídos no documento final, que se encontra em anexo. O documento final será posteriormente enviado à equipa de trabalho da ENDS e ao respectivo Organismo de Normalização Sectorial (APEE), para entrega às Comissões Técnicas desta área, para além dos participantes deste *workshop* e de outros organismos/instituições sejam considerados importantes nesta temática.

Dra. Ana Paula Duarte  
Directora do CENDES  
INETI

## 2.2 Objectivos do workshop

- Relacionar a Ética e a Responsabilidade Social com a contribuição do mundo empresarial para a operacionalização do Desenvolvimento Sustentável
- Produzir recomendações que possam orientar o trabalho futuro das Comissões Técnicas de Normalização nestas áreas
- Produzir recomendações para a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

## 2.3 Comunicações

### **Abertura da sessão**

**Dr. Jaime Henriques**

**Vogal Executivo do INETI**

O INETI, de acordo com as suas competências, tem como principais atribuições impulsionar e realizar acções de investigação, de demonstração e transferência de conhecimento, de assistência técnica e de apoio laboratorial dirigidas à empresa, promovendo a inovação, a competitividade e a iniciativa. Neste contexto, possui sete domínios prioritários de intervenção, sendo que um deles para as questões da Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável, objectivo geral e de longo prazo da UE traduzido na Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável, assim como nas diversas estratégias nacionais que cada Estado Membro já desenvolveu ou está a desenvolver, significa “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Este objectivo requer porém uma abordagem integrada de todas as políticas e o contributo de todos os intervenientes, governos, empresas e cidadãos.

Havendo a convicção de que é essencial e prioritário criar um ambiente favorável para as empresas de modo a aumentar a sua competitividade através do uso sustentável dos recursos naturais (materiais, energia e água), no quadro de um comportamento socialmente responsável, o INETI possui na sua estrutura uma unidade orgânica, o Centro para o Desenvolvimento Empresarial Sustentável, que é o seu agente de operacionalização do DS junto das empresas.

No âmbito das suas atribuições, leva a teoria à prática nas empresas, através da implementação de ferramentas de gestão pró-activas, como a produção mais limpa, eco-eficiência, ecodesign, aquisições ambientalmente orientadas, rotulagem ecológica, entre outras, contribuindo para uma produção e para um consumo cada vez mais sustentáveis, para além de também participar activamente em Comissões Técnicas de Normalização, nomeadamente na CT 150 de Sistemas e Instrumentos de Gestão Ambiental, na CT 164 de Responsabilidade Social e na CT 165 de Ética Empresarial, colocando os seus conhecimentos à disposição de toda a sociedade.

As empresas estão cada vez mais conscientes de que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerindo as suas actividades de modo a consolidar o seu crescimento económico e aumentar a sua competitividade, sem degradação do

ambiente e num contexto de protecção e justiça social, isto é, segundo o conceito de responsabilidade social.

É neste contexto, que o INETI foi convidado e está a organizar este *workshop*, no âmbito da Semana da Responsabilidade Social, organizada pela APEE.

### **Primeira apresentação de enquadramento**

**Dr. Francisco Madelino**

**Instituto do Emprego e Formação Profissional**

O Dr. Francisco Madelino iniciou a sua intervenção com algumas breves notas de introdução sobre a responsabilidade social nas empresas (RSE) e o desenvolvimento sustentável (DS). Actualmente o DS começa a estar no centro do debate dos problemas da economia mundial. Depois de um esquecimento, nos últimos 300 anos, da limitação quantitativa dos recursos naturais disponíveis, começa a desenvolver-se a consciência para o problema. Para se entender melhor a gravidade da situação em que nos encontramos e admitindo, por exemplo, que cada cidadão chinês passa a consumir o equivalente a 50% do consumo energético de um ocidental, estaríamos necessariamente no início de uma crise energética mundial, salientou.

A apresentação desenrolou-se em torno de três questões:

1. O que é a RSE?
2. Movimentos positivos e negativos para valorizar a Responsabilidade Social nas empresas – vantagens e obstáculos.
3. Papel da política pública no desenvolvimento da Responsabilidade Social das Empresas – políticas de emprego e formação profissional.

#### **1. O que é a RSE?**

A RSE deve ser vista como uma integração voluntária de preocupações sociais e ambientais. Não é possível introduzir este debate nas sociedades desenvolvidas de uma forma imperativa, tendo em conta a globalização. Muitas economias mundiais, como a China, a Índia e o Paquistão, entre outros, não respondem a este tipo de instrumentos.

Do ponto de vista das empresas, a responsabilidade social levanta duas questões:

- Em primeiro lugar é de realçar o papel das empresas enquanto organizações qualificantes – em Portugal é esta a questão que se encontra no centro do debate. Uma organização qualificante é uma entidade com uma forma de funcionar que qualifica ou que permite o *upgrade* das pessoas dessa organização. Em Portugal verifica-se uma grande discrepância relativamente aos restantes países da Europa em termos de qualificações: cerca de 80% da população tem o 9º ano de escolaridade ou menos, enquanto a média Europeia é de cerca de 36% a 50%; além disso não existe nenhum outro país Europeu com tanto distanciamento da média como o nosso, encontrando-nos muito próximos da Turquia e do México. Nas empresas, o número de activos que fazem formação é na Europa de 10% e em Portugal de 4%. Em relação a matérias fiscais e de ambiente, os padrões nacionais afastam-se ainda mais dos padrões europeus.
- Em segundo lugar, a responsabilidade social coloca as empresas como actores sociais. Não apenas como simples produtores ou vendedores de produtos e serviços, mas organizações com preocupações sociais, no exercício da cidadania empresarial e do desenvolvimento sustentável.

## **2. Movimentos positivos e negativos para valorizar a responsabilidade social nas empresas – vantagens e obstáculos**

O Dr. Francisco Madelino começou por salientar os obstáculos à implementação da responsabilidade social nas empresas:

- Grande desconhecimento, por parte da sociedade e empresas, relativamente ao papel positivo que a RS pode ter no seu desempenho económico – é visto como algo que aumenta os custos e que não favorece o desempenho;
- Desconhecimento por parte dos consumidores e falta de incorporação da RS nas políticas públicas;
- Ausência de consenso sobre o que é a RSE – muitas abordagens, ou muito imperativas, ou muito vagas;
- Muito raramente a RS é tratada na formação universitária de gestores e de formações básicas de gestão das empresas (nos cursos de economia e gestão);
- Escassez de recursos de promoção da RS nas empresas – são considerados custos que extravasam os custos normais das empresas, principalmente nas pequenas e médias – nos países ocidentais o mercado de trabalho baseia-se fortemente nas PME, mais de 80% do emprego em Portugal encontra-se neste grupo;
- Ausência de instrumentos que possam descrever e avaliar a RSE;
- Ausência de estratégia dos poderes públicos para promover a RSE;

Apesar de tudo, existe uma afirmação crescente da RSE e vários factores contribuem para colocar o tema no centro do debate:

- O papel que as economias de inovação representam na competitividade das empresas – o conhecimento e o capital humano, têm um papel crucial no desenvolvimento económico, o funcionamento em rede das empresas, os serviços de suporte, relação com os *stakeholders*. De referir também a crescente tendência para a criação de relações entre as empresas e os sistemas educativo e científico.
- O crescente debate sobre os novos modelos de governança, sobre o papel do Estado, sobre o que deve ser feito pelo Estado e qual o papel civil e o que deve ser feito pelas empresas.
- A procura social crescente – cada vez mais a opinião pública está sensibilizada, tem maior exigência, existe uma nova representação da função que as empresas ocupam. Estas incorporam a RS na sua visão, na sua imagem como um elemento de competitividade. Portugal apresenta uma pressão de alteração da sua economia, existem já empresários portugueses que tentam captar empresas internacionais com exigências de acreditação, que não querem trabalhar com países que não cumprem as normas. (Empresas nacionais que utilizam o capital de conhecimento, de capacidade técnica, a qualificação e a imagem da empresa como elemento diferenciador de atração para novos clientes)
- Pressões de ordem interna – dentro da própria organização empresarial ou institucional, por parte dos trabalhadores, dos colaboradores ou dos accionistas.

### **3. Papel da política pública no desenvolvimento da Responsabilidade Social das Empresas – políticas de emprego e formação profissional**

As políticas públicas podem intervir para a promoção da RSE em sete domínios:

1. Política de emprego: selectividade, majorações e apoios, como por exemplo o apoio à consultoria às empresas (o IEFP faz esse apoio);
2. Políticas sociais;
3. Política ambiental: pode intervir de duas formas, quer através da regulamentação e normas, quer por via de convenções e da educação, de forma a criar uma maior consciência sobre os aspectos ambientais;
4. Influência das políticas públicas sobre os consumidores: na formação profissional, aumento das exigências sobre aspectos que têm a ver com os direitos dos consumidores;
5. Contratos e concursos públicos: de referir como boa prática o caso espanhol, em que o Estado, ao nível das autarquias locais, coloca determinadas regras sociais que regem a selecção das empresas a contratar (por exemplo o número de colaboradores portadores de deficiências, número de empregos de longa duração, etc.);
6. O papel da própria administração pública – gestão tripartida, participação das partes sociais, a forma como são tratados os cidadãos, o respeito pelo ambiente, o respeito de normas internacionais nesse domínio, etc.;
7. Ligação entre o domínio nacional e o domínio internacional – política externa, política de apoio ao desenvolvimento. A existência de imperativos internacionais nesta matéria, no futuro, irá contribuir para a sua generalização.

Em conclusão:

Ainda há um longo caminho a percorrer. O IEFP tem o seu contributo na área da formação profissional e na criação de emprego.

A RSE tem que partir duma atitude voluntária da sociedade e das empresas, alicerçada numa opinião pública desenvolvida e exigente, com respeito pelas normas internacionais e numa perspectiva de acrescentar valor às empresas.

#### **Segunda apresentação de enquadramento**

#### **Fazer a ponte... Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável**

**Eng. Cristina Rocha e Eng. Rui Frazão**

**INETI/CENDES**

A apresentação começou com uma enquadramento teórico sobre estas temáticas, seguiram-se algumas considerações sobre responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável (DS) e incluiu a referência aos documentos mais importantes a nível internacional nestas temáticas.

#### **Enquadramento**

Em 1987, o Relatório Brundtland apresenta a definição de Desenvolvimento Sustentável mais divulgada. O conceito central desta definição prende-se com a necessidade de

satisfazer as necessidades, quer das gerações actuais, quer das gerações futuras, introduzindo assim a dimensão tempo. Subjacente está também a dimensão espaço, na medida em que a definição se aplica a nível global, ou seja, aos países desenvolvidos e aos países em desenvolvimento. Desta definição decorre ainda uma acção, um processo de mudança relacionado com a necessidade de redireccionar investimentos e o próprio desenvolvimento tecnológico, a exploração de recursos e as mudanças institucionais em consonância com as necessidades das gerações actuais e futuras.

Em 1992, na Conferência do Rio de Janeiro, é aprovada a Agenda 21, um plano de acção para o Desenvolvimento Sustentável que define acções concretas relativamente à indústria, nomeadamente em termos de:

- Promoção da produção mais limpa;
- Promoção de um empresariado responsável.

Em 2001, a União Europeia preparou-se para participar de forma activa na Cimeira de Joanesburgo, desenvolvendo uma Estratégia Europeia em favor do Desenvolvimento Sustentável, com uma forte relação com a Estratégia de Lisboa, e em que são abordados aspectos de carácter ambiental, económico e social, estabelecendo que cada Estado Membro terá que desenvolver a sua própria estratégia nacional.

Em 2002, na Cimeira de Joanesburgo, é definido um plano de implementação que aborda temas como a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões insustentáveis de produção e de consumo (Processo de Marraquexe), a protecção dos recursos naturais e a Responsabilidade Social das Empresas.

### **Processo de Marraquexe**

No âmbito do Processo de Marraquexe reconhece-se que as questões de produção e consumo são questões internacionais, uma vez que os padrões tendem a globalizar-se. Assim, os governos foram convidados a desenvolver programas a 10 anos para a Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) e a vencer o desafio da implementação. Os desafios a enfrentar incluem o facto de normalmente serem negligenciados os aspectos de pré e pós produção. São previstos apoios para estender às PMEs a implementação deste tipo de programas.

A primeira reunião internacional de especialistas sobre PCS dá-se em 2003 no mesmo ano iniciam-se reuniões regionais até 2005 (na Europa, Ásia-Pacífico, África e América Latina).

No Processo de Marraquexe, os principais desafios debatidos foram os seguintes:

#### **Processos produtivos e desenvolvimento industrial**

- A maioria das iniciativas actuais negligencia os impactes das fases de utilização e fim de vida, havendo um excessivo enfoque na fase de produção. É necessária uma perspectiva integrada, ligando produção e consumo, com uma perspectiva de ciclo de vida.
- Verifica-se uma insuficiente transferência de tecnologias para os países em vias de desenvolvimento, sendo necessário reforçá-la e complementá-la com transferência de conhecimento, ampliando a capacidade dos destinatários.
- As PME apresentam maior dificuldade em aderir a este tipo de estratégias, dados os seus recursos limitados e o fraco acesso ao mercado de capitais, pelo que são necessários mecanismos específicos para as apoiar.
- A globalização da produção implica maior dificuldade em compreender, gerir e melhorar os processos produtivos, pelo que se apela a acções colectivas,

estabelecimento de parcerias sectoriais, adopção de códigos de conduta, etc.

- Finalmente, o papel do sector financeiro é essencial, propondo-se a integração de critérios ambientais e sociais na análise de investimentos.

#### Consumo sustentável e desenvolvimento do produto

- Aquisições sustentáveis, quer públicas quer privadas, são um importante mecanismo para reduzir os impactos e desenvolver mercados para produtos mais sustentáveis, criando economias de escala, reduzindo os preços e estimulando a inovação.
- Abordagem do ciclo de vida no desenvolvimento do produto e design para a sustentabilidade: apesar de metodologicamente estarem bastante desenvolvidos, ainda não existem as competências necessárias nas empresas para uma implementação alargada.
- Necessidade de indicadores, metodologias e bases de dados para medir e encorajar o progresso em consumo sustentável.
- O comportamento e as preferências dos consumidores para produtos mais sustentáveis e a utilidade da publicidade nesse contexto são essenciais. Há que perceber como orientar as preferências dos consumidores para produtos mais sustentáveis.

#### Estratégias regionais e nacionais de PCS

- Ainda existem poucos países com uma estratégia nacional de PCS, que terá de ser adequada às circunstâncias nacionais, e coerente com as restantes estratégias. Na elaboração de estratégias de PCS os aspectos internacionais relacionados com a globalização são um desafio; além disso, há que incluir aspectos sociais e económicos, uma vez que se verifica um excessivo enfoque nas questões ambientais.
- Um outro desafio prende-se com as relações entre as estratégias de PCS com outras estratégias de desenvolvimento: redução da pobreza e competitividade.
- A efectiva implementação das estratégias exige novas competências nos organismos responsáveis.
- Finalmente, é necessária uma aprendizagem global. A experiência em desenvolvimento e implementação de estratégias de PCS é muito limitada, é necessária a troca de experiências entre parceiros.

#### **Conclusões da Presidência do Conselho de Bruxelas** (Conselho da Primavera, Março de 2006)

A nível europeu, na última reunião do Conselho de Bruxelas acordou-se um conjunto de domínios específicos de acção prioritária a implementar até final de 2007. Alguns desses domínios, de maior relevância para a RS, são:

- Aumentar o investimento no conhecimento e inovação
- Libertar o potencial das empresas, em particular das PME
- Aumentar as oportunidades de emprego para categorias prioritárias (jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, migrantes legais e minorias)

#### **Política energética para a Europa**

Com base no Livro Verde sobre Energia Sustentável, o Conselho apelou à definição duma Política Energética para a Europa. Um dos principais objectivos desta estratégia é promover a sustentabilidade ambiental, através de planos de:

- Eficiência energética (20% até 2020)
- Energias renováveis (15% até 2015) e bio-combustíveis (8% até 2015)
- Plano de Acção da Biomassa
- Alterações climáticas, completando a revisão do regime do comércio de licenças de emissão.

A Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável foi sujeita a um processo de revisão iniciado em 2005, onde se detectaram como exemplos de tendências insustentáveis na União Europeia:

- Atrasos nos compromissos de Quioto;
- Aumento das doenças relacionadas com o estilo de vida e doenças crónicas (obesidade e HIV);
- Cerca de 15 % da população europeia vive em risco de pobreza;
- Aumento do envelhecimento da população de 24% em 2004 para 47% em 2050;
- Aumento do risco de degradação da biodiversidade;
- Aumento do volume de transportes superior ao aumento do PIB.

A proposta de revisão, a ser aprovada ainda durante a Presidência Austríaca, tem por objectivos-chave:

- Protecção do ambiente;
- Coesão e equidade social;
- Prosperidade económica;
- Responsabilidades internacionais.

A nova estratégia aponta metas concretas com datas definidas entre 2010 e 2015 apresentando valores concretos a alcançar. Define igualmente indicadores que se desdobram por vários níveis.

### **Tornar a Europa um Pólo de Excelência em RSE**

Quanto à responsabilidade social empresarial (RSE), a Europa aposta na criação duma aliança Europeia para a RSE, como principal instrumento europeu nesta matéria. Além disso, a Comissão Europeia propõe-se acompanhar os trabalhos internacionais pertinentes, como são os da ISO.

### **Conclusão**

Tendo em conta todo o enquadramento destas matérias, os principais desafios, que nos propomos debater na sessão de hoje e norteiam a elaboração da referida Declaração do TEJO, são:

- Debate, consenso e sistematização da relação prática entre responsabilidade social (RS), ética empresarial (EE) e desenvolvimento sustentável (DS).
- Que as Empresas comecem a orientar as suas práticas de RS para o DS
- Que os Governos fomentem um contexto político e de suporte favorável a que as empresas socialmente responsáveis retirem o máximo de benefícios do seu desempenho e tenham as orientações necessárias para direccionarem a sua actuação.

## **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)**

**Prof. Doutor António Gonçalves Henriques**

**Equipa da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável**

O Prof. Doutor Gonçalves Henriques começou por referir o percurso na elaboração da ENDS:

2002: Através do trabalho desenvolvido pelo Instituto do Ambiente foi produzido o primeiro documento da ENDS para apresentação na cimeira de Joanesburgo;

2004: Realiza-se a revisão do documento, focando mais os aspectos económicos e os aspectos sociais. Não tendo desígnio formal.

2005: Elabora-se o documento de trabalho actual, a ser aprovado pelo Conselho de Ministros e brevemente lançado para discussão pública.

### **Dois marcos importantes**

Em 2005 realiza-se a 60ª Sessão Plenária das Nações Unidas, em que se reafirma o compromisso com o Desenvolvimento Sustentável. Declara-se a próxima década, como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Procede-se ainda à revisão da Estratégia Europeia do Desenvolvimento Sustentável para a qual a nossa estratégia nacional constitui uma contribuição.

### **Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável**

É uma estratégia para a sociedade, dos vários parceiros sociais e de cada cidadão em particular, constituída por três grandes documentos:

- Quadro estratégico baseado nos planos estratégicos aprovados – objectivos
- Programa de acção – definição de objectivos e estratégias
- Programa de monitorização e avaliação – sistemática da implementação desta estratégia

Na ENDS são definidos sete vectores prioritários, na sequência do trabalho desenvolvido anteriormente:

- Investimento na sociedade do conhecimento
- Crescimento sustentado e competitividade à escala global
- Melhor ambiente, protecção dos recursos naturais
- Maior equidade e igualdade de oportunidades e inclusão social
- Maior conectividade internacional do país
- Papel activo de Portugal na construção Europeia e na cooperação internacional
- Administração Pública mais eficiente

A Estratégia foi desenvolvida para um período de 10 anos (2006 a 2015) e apresenta as seguintes metas globais transversais:

- Colocar Portugal num patamar mais próximo da média Europeia
- Colocar Portugal entre os primeiros 15 países do índice de Desenvolvimento Humano do PNUD

A ENDS considera o enquadramento e reorientação de um conjunto de documentos estratégicos. São de destacar enquanto três grandes pilares:

- PNACE – Plano Nacional de Acção para o Crescimento do Emprego (Estratégia Nacional para a Energia, Plano Nacional para a Igualdade, Plano Nacional para a

Inclusão, Plano Tecnológico, Plano Nacional para o Emprego, Plano Nacional de Desenvolvimento Cultural, Plano Estratégico Nacional para o Turismo...)

- PNPOT – Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território (Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Estratégia Nacional dos Oceanos, Plano nacional da Água, Plano Nacional de Resíduos, Planos Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural...)
- QREN – Quadro de Referência da Estratégica Nacional – que estabelece as áreas prioritárias para aplicação dos fundos comunitários do próximo Programa Comunitário.

As Regiões Autónomas desenvolvem os seus próprios planos estratégicos Planos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável de acordo com o Nacional.

### **A Sustentabilidade Empresarial – O Papel da Actuação Pública – Um Contributo**

**Dra. Maria Ester Silva**

**Direcção-Geral da Empresa**

A apresentação da Dra. Maria Ester Silva incluiu os seguintes pontos:

1. Introdução
2. Exemplos de medidas que potenciam a RSE
  - Sistema de Licenciamento Industrial
  - Rótulo ecológico
  - Projecto em desenvolvimento na UE
3. A perspectiva da DGE para a RSE

#### **Introdução**

A Dra. Maria Ester Silva salientou que o conceito de desenvolvimento empresarial sustentável engloba as vertentes económica, ambiental e social e, como é cada vez mais referido por muitos autores, a vertente da governação. A introdução desta componente adicional faz com que as empresas fiquem mais confusas e condiciona a sua actuação, pois é mais uma variável a adicionar às muitas outras que as empresas já têm que conciliar. A título de exemplo, apresentou alguns dos documentos orientadores aplicáveis às empresas e condicionadores da sua actuação. Referiu a nível global as Nações Unidas, a OCDE, a OMC e a OIT; a nível europeu a Estratégia de Lisboa, as Perspectivas Financeiras 2007-2013, a Estratégia Europeia do Desenvolvimento Sustentável e o Programa de Competitividade e Inovação; e a nível nacional a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Em relação à recente Comunicação da Comissão, COM (2006) 136 final, de 2006.03.22, salientou as Acções Propostas para promover uma maior aceitação das práticas de RSE:

1. Sensibilização e intercâmbio de melhores práticas
2. Apoio a iniciativas multilaterais com as partes interessadas
3. Cooperação com os Estados-Membros
4. Informação dos consumidores e transparência
5. Investigação
6. Ensino
7. PME
8. Dimensão internacional da RSE

## **Exemplos de medidas que potenciam a RSE**

### **Sistema de Licenciamento Industrial**

O Sistema de Licenciamento Industrial, regulado pelo Decreto-Lei nº 69/2003 de 10 de Abril, é um instrumento de carácter obrigatório. Pretende assegurar a compatibilização da protecção do interesse colectivo com a prossecução dos interesses da iniciativa privada, conjugando uma melhoria da qualidade de vida das populações e a melhoria das condições de desenvolvimento empresarial. Este sistema, num quadro de desenvolvimento sustentável e de RSE, procura:

- A salvaguarda da saúde pública e dos trabalhadores,
- A segurança de pessoas e bens,
- A higiene e segurança dos locais de trabalho,
- A qualidade do ambiente e
- Um correcto ordenamento do território.

A Dra. Ester Silva salientou que o Sistema de Licenciamento Industrial potencia a simplificação e a desburocratização, a eco-eficiência e a ecologia industrial, a inovação empresarial, a qualidade do ambiente, o correcto ordenamento do território e a sua produtividade e, em última instância, a RSE.

### **Sistema do Rótulo Ecológico**

Foi apresentado o Sistema Comunitário Revisto de Atribuição do Rótulo Ecológico, um instrumento voluntário que promove a RSE, em que a DGE é o Organismo competente nacional para a sua atribuição. O sistema é regulado pelo Regulamento (CE) Nº 1980/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Julho. Este é outro instrumento de promoção da RSE junto das empresas em função das suas variadas exigências. O site [www.dgempresa.min-economia.pt](http://www.dgempresa.min-economia.pt) contém informações adicionais.

O Sistema pretende promover produtos e serviços susceptíveis de contribuir para a redução de impactes ambientais negativos, e facultar aos consumidores informações credíveis e assentes em bases científicas sólidas, sobre aqueles produtos e serviços. O processo de atribuição do rótulo ecológico inclui a análise de todo o ciclo de vida dos produtos, abrangendo uma ampla gama de aspectos ambientais a considerar.

### **Projecto “Integração da Responsabilidade Social nas Empresas”**

De seguida foi apresentado este projecto, uma iniciativa da DG Empresa e Indústria da Comissão Europeia, em que a DGE está a participar. O projecto tem como objectivo apoiar os membros do grupo e respectivas organizações, bem como outras entidades envolvidas nesta temática, a aceder a troca de experiências e de boas práticas relacionadas com a promoção da RSE em PME - <http://europa.eu.int/comm/crsforsmes>.

Para trabalhar o tema “RSE como motor de competitividade das PME” foram constituídos os grupos de trabalho: WG1 – RSE e competitividade regional e WG2 – *Business case* de RSE em PME.

Para trabalhar o tema “Capacidade e competência ao longo da cadeia de valor” foram constituídos os grupos de trabalho: WG3 – Competência na cadeia de valor e WG4 – Processo de sensibilização das PME.

Dos trabalhos do WG1 saíram as seguintes recomendações para as autoridades públicas:

- Desenvolver a RSE relacionada com a política pública a nível regional, promovendo parcerias e mantendo o seu acompanhamento;
- Definir indicadores de desempenho e de eficiência que permitam medir a competitividade regional e a adopção da RSE pelas PME;
- Encorajar, por processos fiscais e administrativos, o desenvolvimento da RSE em clusters de PME, através da cooperação e diálogo com as grandes empresas e com as autoridades públicas;
- Promover a cooperação, das empresas – especialmente as que beneficiem de incentivos à integração da RSE – com fornecedores e subempreiteiros locais;
- Estabelecer parcerias com organizações intermediárias, associações profissionais, escolas e universidades;
- Trocar, com outras regiões, práticas de política pública e assessoria, tendo em vista a competitividade regional.

Para as organizações intermediárias:

- Consciencializar os Bancos, Câmaras de Comércio e Centros de Negócio, para a importância da política de RSE nas PME, desde a criação da empresa, envolvendo as actividades que apoiam as PME nas áreas de assessoria e gestão.
- Desenvolver competências e aptidões como interlocutores iniciais das empresas.

Finalmente, como recomendação para as grandes empresas:

- Desenvolver práticas de RSE nos subempreiteiros e fornecedores locais, numa perspectiva de integração e não de exclusão.

Dos trabalhos do WG2 saíram as seguintes recomendações para as organizações que procuram implementar a RSE em PME:

- Adaptar o *business case* às características específicas de cada empresa;
- Não insistir na ideia que a RSE levará sempre a um aumento de competitividade a curto prazo, mas enfatizar que a empresa se pode tornar mais forte e sustentável a longo prazo;
- Considerar se pode haver ganhos de competitividade através de acções conjuntas com outras empresas e partes interessadas, no mesmo sector, localidade ou cluster;
- Apostar nas áreas que parecem mais focadas para possíveis ganhos de competitividade:
- Poupanças com a utilização de medidas ambientais;
- Produtos e serviços inovadores e mais atractivos para as autoridades públicas e a maioria dos clientes;
- Atrair, reter e motivar os colaboradores;
- Melhorar a imagem;
- Estabelecer relações de confiança com as partes interessadas, internas e externas.

### **A perspectiva da DGE para a RSE**

A Direcção-Geral da Empresa constata com agrado que a RSE está num crescente desenvolvimento em Portugal. Na perspectiva da DGE as políticas públicas e seus actores tem um papel relevante na criação de condições que permitam dinamizar, numa base voluntária, a adesão das empresas, em particular das PME através de acções de sensibilização e de divulgação de boas práticas, resultando em efeitos positivos directos e indirectos na sua competitividade

## **Há mais de 200 anos a apostar num desenvolvimento sustentável**

**Dra. Ana Vidal**

**Jerónimo Martins**

### **Apresentação da empresa**

A Jerónimo Martins existe há mais de 200 anos, sendo a razão do sucesso a preocupação social, desde há muito tempo. Por exemplo, foi a primeira empresa a pagar subsídio de Natal. Opera em Portugal e na Polónia. A distribuição é a base do negócio da empresa, com cerca de 30.000 colaboradores entre os dois países

### **Visão de RSE**

A gestão socialmente responsável é uma maneira de gerir, uma prática de gestão que visa o Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de fazer bem tudo, em termos de gestão financeira, gestão comercial, ter actividades de mecenato. É uma questão de sobrevivência da empresa: a longevidade da Jerónimo Martins demonstra que tem posto em prática o Desenvolvimento Sustentável e a RSE. O lema é: criando um futuro melhor para todos.

Não é necessário muito investimento para melhorar comportamentos, como ilustram os exemplos abaixo:

### **Código de conduta e Comissão de Ética**

Com 30.000 colaboradores distribuídos por duas geografias (Portugal e Polónia) só com um código de conduta se alteram comportamentos. O código de conduta é distribuído por todos os colaboradores. A Jerónimo Martins promove o respeito pelos colaboradores, o recrutamento que não discrimina (ascendência, sexo, estado civil, deficiência, convicções políticas e filiação sindical). Existe uma Comissão de Ética que acompanha o cumprimento do código de conduta.

### **Provedor do cliente**

O provedor do cliente foi instituído como complemento ao serviço de apoio ao cliente. É o defensor, isento e independente, dos direitos, garantias e interesses dos clientes. Já demonstrou procedimentos que não eram os mais indicados, resultando na sua alteração.

### **Segurança alimentar**

A política de segurança alimentar visa a excelência e assenta nos seguintes princípios:

- O acompanhamento é feito desde a produção até à casa do cliente.
- A Qualidade é responsabilidade de todos
- A segurança alimentar é prioridade máxima: na dúvida retira-se o produto

Pioneirismo: A Gesti Retalho e a Recheio foram as primeiras a obter certificação em segurança alimentar do seu ramo.

### **Ambiente**

A actuação ambiental da Jerónimo Martins tem como objectivos minimizar os impactes ambientais em toda a cadeia de fornecimento, garantir a melhoria contínua do desempenho ambiental e promover a gestão ambiental preventiva e a eco-eficiência.

Fomentam a mudança junto dos fornecedores, organizando *workshops*. Promovem o benchmarking interno: Comparam lojas entre si a nível do ambiente e transmitem as melhores práticas. Grande aposta na sensibilização e formação

A empresa lançou o Projecto Energia, no âmbito do qual foi desenvolvido um manual para redução do consumo de energia, é dada formação e sensibilização a todos os colaboradores das lojas de distribuição e adquirido equipamento mais eficiente do p.v. energético (nas renovações e novas lojas). Mais uma vez promovem o benchmarking interno, comparando consumos de energia entre lojas e tentando encontrar um padrão para todas as lojas mais eficientes.

### **Mecenato**

A política de mecenato na Jerónimo Martins está orientada para as áreas cultural e social e assenta nos princípios da diferença e da continuidade (“quem precisa, precisa sempre”) e no envolvimento dos gestores. Um exemplo é a iniciativa “Aprender a Empreender”, de formação em empreendedorismo que até ao momento envolveu sete escolas e mais de mil alunos.

## **2.4 Conclusões**

A Eng.<sup>a</sup> Cristina Rocha fez uma breve apresentação do draft da Declaração do TEJO e de preparação dos grupos de trabalho, cujo debate produziu as conclusões do presente *workshop* e que a seguir se apresentam.

### **1º Grupo de trabalho – categoria de stakeholders “Produção”**

**Facilitador: Eng. Jorge Lopes, DHL Express Portugal**

#### **Recomendações para o trabalho das Comissões Técnicas de Normalização 164 e 165**

- Explorar a questão dos guias sectoriais – as normas por vezes são generalistas – Envolver os centros tecnológicos e as associações sectoriais detentoras de know-how para o desenvolvimento de guias sectoriais
- Definir indicadores métricos para melhor orientar as empresas.
- Explorar o *benchmarking* internacional e nacional.
- Adaptar as tecnologias às especificidades nacionais.
- Avaliar os custos invisíveis (reciclagem, desperdícios).
- Educar o consumidor para um consumo de produtos e serviços na óptica da responsabilidade social, alertar para o consumo desnecessário.
- A questão ética da publicidade dos produtos e serviços é muito importante.
- Participação da comunidade local na produção, alertando para factores externos à produção e que podem ser indicadores de mau funcionamento.

- Comunicação contínua entre as partes interessadas para que haja melhoria contínua das organizações.

### Recomendações para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

- Educar a sociedade para um estilo de vida sustentável, aproveitando os exemplos de outros países.
- Criar mecanismos de majoração a introduzir nos critérios de financiamento.
- Reflectir sobre a ética no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

### 2º Grupo de trabalho – categoria de stakeholders “Consumo”

**Facilitador: Dr. Gonçalo Serra, Associação Portuguesa de Compras e Aprovisionamento**

Está em consulta pública o novo Código de Contratação Pública, preparado com a coordenação do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI), <http://contratospublicos.imoppi.pt/>, que pela primeira vez faz uma forte recomendação à incorporação de critérios ambientais e de desenvolvimento sustentável na selecção de fornecedores para contratação. É importante que todos participem, consultem o documento e emitam a vossa opinião.

Em termos de recomendações para a ENDS, propôs-se a reformulação do ponto 1, com a seguinte redacção:

*“Apontar metas mais específicas em termos de produção e consumo sustentáveis para as empresas e a administração pública, traduzidas num Quadro de Acções para a Produção e Consumo Sustentáveis, integradas nos diferentes instrumentos estratégicos, incluindo por exemplo:*

- *Definição de Indicadores, metodologias e bases de dados para medir e encorajar o progresso em consumo sustentável;*
- *Incentivar a Investigação e monitorização sobre comportamentos e preferências dos consumidores;*
- *Recomendar às Associações de Consumidores a inclusão de critérios de sustentabilidade nos testes comparativos /ensaios de “melhor compra”, de divulgação ao público;*
- *Incentivar a formação e informação dos consumidores no âmbito do DS de forma a permitir fazer escolhas que não sejam baseadas exclusivamente no custo do produto, mas também no seu impacto ambiental e social.*
- *Potenciar uma correcta e credível rotulagem ecológica de produtos, que não induzam em erro os consumidores;*
- *Induzir a integração de práticas de Responsabilidade Social na cadeia de fornecedores, por exemplo, através do desenvolvimento de um sistema de qualificação de fornecedores, de forma faseada, na Administração Pública;*
- *Aplicar critérios ambientais nas compras públicas de bens e serviços e sempre que possível, também critérios sociais;”*

Adicionalmente às recomendações para a ENDS, ficaram registadas outras sugestões:

- Recomendar aos organismos da administração pública a realização de auditorias às suas próprias actividades e consumos;
- A nível da actuação das CT 164 e 165 foi levantada a questão da certificação ou verificação por terceiros, ou seja, da garantia para o exterior de que as empresas

estão realmente a actuar de acordo com as normas de Ética e Responsabilidade Social.

### **3º Grupo de trabalho – categoria de stakeholders “Administração Pública e Centros de Saber”**

**Facilitadores: Eng. João Vila Lobos, Instituto do Ambiente e Prof. Paulo Ferrão, Instituto Superior Técnico**

#### **Recomendações para o trabalho das Comissões Técnicas de Normalização 164 e 165**

- Listar e arrumar as recomendações, tendo em mente o seguinte modelo de actuação: (i) diagnóstico, (ii) perceber (modelo), (iii) estratégia e visão, (iv) actuação e (v) acompanhamento ou monitorização;
- Ter em conta os compromissos assumidos na Conferência de Aalborg – Agenda 21 Local;
- Estar em linha com os objectivos nacionais e comunitários noutras áreas sociais – PNE (Plano Nacional de Emprego), PNAI (Plano Nacional de Acção e Inclusão);
- Incluir como questões fundamentais: Igualdade de oportunidades, não discriminação;
- Incluir a necessidade de informação relativamente a RS
- Relativamente à recomendação nº 8 “Estar em linha com os objectivos nacionais e comunitários de criação de oportunidades de emprego para categorias prioritárias”, definir quais as categorias;

#### **Recomendações para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável**

- Alargar as preocupações relativamente às empresas e à administração pública à economia social, nomeadamente as IPSS e outras organizações sem fins lucrativos, apoiando-as e promovendo-as;
- Alargar as preocupações de RS a todo o tipo de organizações
- Ter em conta os compromissos assumidos na Conferência de Aalborg – Agenda 21 Local;
- A ENDS deverá fazer a ponte para Estratégia Nacional de Cooperação para o Desenvolvimento
- Incluir cidadãos responsáveis, empresas responsáveis – Cidadania empresarial – Instituições qualificantes;
- Incluir compras públicas sustentáveis – qualificação e avaliação de fornecedores;
- Incluir a temática da RS em toda a formação, informal e formal, em todos os graus de ensino;

- Mais formação transversal – Incluir RS na formação aos diferentes níveis e em diferentes áreas académicas – mas é necessário que os alunos sejam obrigados a confrontar-se com o tema – integração curricular;
- Abordar a RS em camadas cada vez mais jovens;
- Incluir a vertente de RS na reformulação legal (ex.: IPPC, nova lei da Água – como introduzir a RS?);
- Relativamente à primeira recomendação, “Apontar metas mais específicas em termos de produção e consumo sustentáveis para as empresas e a administração pública, traduzidas num Plano de Acção para a Produção e Consumo Sustentáveis”: Explicar a relevância deste ponto do ponto de vista da RS e incluir benchmarking.

### **Encerramento**

**Eng. Mário Parra da Silva**  
**Presidente da APEE**

O Eng. Mário Parra da Silva começou por referir que é cada vez mais óbvia, no decorrer destes workshops, a importância dos resultados do trabalho que está a ser desenvolvido pela Working Group (WG) Social Responsibility da ISO. Este WG está a trabalhar no sentido de clarificar o que se entende por RSE. Participam nestes trabalhos cerca de 270 pessoas, provenientes de cerca de 50 países e de 25 organismos internacionais, que, de acordo com o Eng. Mário Parra da Silva, estão a desenvolver o que pode ser classificado como “thinkware”, isto é, estão a desenvolver um recurso que ensina a pensar, que ensina a pensar de determinada maneira. É estimulado o trabalho ao nível do pensamento, pensar mais e pensar melhor.

Há uma grande variedade de entendimentos relativos à Responsabilidade Social, uma grande parte deles são invenções locais, sendo que por vezes surgem, a nível nacional, algumas interpretações que a nível internacional já há muito foram abandonadas. Uma das coisas que já há muito deixou de ser incluída no conceito de responsabilidade social é o mecenato, mecenato não é RS.

A superestrutura ideológica por detrás da responsabilidade social é o resultado de uma evolução do próprio conceito de empresa. Há 200 anos, o conceito de empresa era totalmente diferente do que é hoje, mesmo depois da 2ª Guerra Mundial o conceito de empresa ainda vive muito à custa do conceito de propriedade, em que existe um detentor, um dono que “manda” na empresa. Nos últimos anos, subtilmente mas de forma muito segura, aconteceu uma revolução que só será reconhecida daqui a 100 anos, desapareceu o conceito de propriedade para as empresas de dimensão significativa. Para as empresas de dimensão não significativa, o conceito de propriedade é um conceito vazio, elas vivem dos clientes. O aspecto “propriedade” deixou de ser central, por outro lado o aspecto “serviço prestado à sociedade” passou a ser central. A capacidade de sobrevivência de uma empresa é ditada pelo reconhecimento, por parte do meio que a rodeia, da sua capacidade de criar valor acrescentado. O valor acrescentado é reconhecido pelo destinatário e, portanto, a organização passa a ter no seu centro de atenção os seus clientes. O essencial é o reconhecimento da capacidade de criar valor acrescentado e a disposição para pagar por esse valor, se não existirem clientes dispostos a pagar a organização “morre”.

Uma organização não pode continuar a ser vista como propriedade de uma pessoa e gerida para corresponder aos seus desejos, uma organização é um ser ciberneticamente vivo, que interage com o meio que a rodeia, com os seus *stakeholders*. O essencial de uma organização é algo que não é palpável, à sua custa vivem uma série de pessoas que lá trabalham e dela dependem uma quantidade de clientes, como organismo vivo que é e que interage com o meio que a rodeia, a organização é uma entidade preciosa e que não deve morrer.

Uma organização, tal como todos os organismos vivos, luta pela sua sobrevivência, tem direitos e tem responsabilidades, faz parte dum ecossistema, que funciona com base em trocas comuns que têm de ser vantajosas e que só funciona se esse sistema de trocas comuns vantajosas for sustentável. Então as organizações têm de ser integradas. Como vamos integrar uma organização com os *stakeholders* e como fazer com que estes se integrem nas organizações?

Os trabalhos do WG da ISO lidam exactamente com esta relação *stakeholders-organização-stakeholders*, sobre o que fazer para que estas diversas entidades funcionem de forma integrada. Este é o grande obstáculo a ultrapassar: quem são os representantes dos *stakeholders*? Por exemplo, os sindicatos nem sempre são os representantes dos trabalhadores, as associações do consumidor não representam todos os consumidores.

Estarão os accionistas dispostos a ceder o seu poder de decisão e deixar entrar os *stakeholders* no processo de gestão da sua organização? Estamos dispostos a ajudar uma organização a continuar viva e ela está disposta a partilhar um pouco do poder que tem sobre si mesma para colaborar com os *stakeholders* de modo a manter-se viva? Ou, dito de outra forma, estamos nós em condições de substituir uma sociedade de organizações que encaram o ambiente como um “espaço de caça” por uma sociedade que encara o ambiente onde as organizações se movem num espaço de colaboração? E mais, é possível fazer isto apenas numa parte do Mundo, só na Europa, por exemplo? É possível actuar de forma responsável e competir com modelos de produção que selvaticamente violam ambiente, pessoas, tudo e mais alguma coisa?

O que é curioso neste debate da responsabilidade social é que parece que nada está de fora. Os aspectos económicos estão incluídos, os aspectos humanos estão incluídos e os aspectos ambientais também. Afinal o desenvolvimento sustentável também tem muitos pontos em comum com a responsabilidade social. De facto, o que está em causa não é uma coisa pequena, é algo de muito importante, é a construção de todo um novo paradigma de funcionamento da nossa sociedade.

A Delegação Japonesa da ISO enviou um documento em que afirma que a RSE não é “uma opção”, porque não temos opção. Esta afirmação refere-se a algo muito mais amplo, refere-se ao nosso próprio modelo de vida, porque se pode existir uma opção em relação a um aspecto particular do modelo de vida, não há opção em relação ao modelo de vida na sua globalidade. Isto é, ou nós construímos uma forma de sobreviver, do nosso modelo de vida sobreviver, ou teremos de concluir que o modelo que não permite sindicatos, que não dá direito a férias, que não reconhece os direitos individuais, que não reconhece a separação entre Igreja e Estado, vence. E se este modelo vencer, o futuro é dramático!

Concluindo, esta questão não é centrada no ambiente, na economia ou nas questões sociais. É uma questão muito mais do que isso, é uma questão ética. A questão ética que está na origem de tudo isto é: Que valores é que queremos? Em que é que nós acreditamos? Que sociedade é que nós queremos construir?

Em relação às empresas, às organizações, aos organismos de Estado, às ONG, em relação a cada um de nós, a pergunta é: que papel quer desempenhar no futuro? Esse papel será cooperativo, no sentido de construir um futuro melhor, ou será um papel essencialmente egoísta, no sentido de cada um cuidar de si e do seu bem-estar?



## **Anexos**



## ANEXO 2 – Workshop do grupo de stakeholders “Governo”

### *Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal*

#### Programa

- 14H00** Boas vindas e apresentação dos objectivos da sessão  
*Dr. Jaime Henriques, Vogal Executivo do INETI*  
*Dra. Paula Duarte, Directora do INETI/CENDES*
- 14H20** Apresentações de enquadramento  
*Dr. Francisco Madelino, Presidente do IEFP*  
*Eng. Cristina Rocha e Eng. Rui Frazão, Investigadores do INETI-CENDES*  
*Prof. Doutor António Gonçalves Henriques, Equipa de projecto da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*
- 15H00** Apresentação de casos práticos  
*Eng. Maria Ester Silva, Assessora, Serviço de Desenvolvimento Sustentável da Direcção Geral da Empresa*  
*Moderação: Dra. Paula Duarte, Directora do INETI/CENDES*
- 15H30** Intervalo para café
- 15H45** Apresentação de casos práticos  
*Dra. Ana Vidal, Directora de Comunicação do Jerónimo Martins*  
*Moderação: Dra. Paula Duarte, Directora do INETI/CENDES*
- 16H15** Debate em Grupos de Trabalho  
*Produção* – Facilitador: *Eng. Jorge Lopes, Director de Recursos Humanos e Qualidade da DHL Express Portugal*  
*Consumo* – Facilitador: *Dr. Gonçalo Serra, Presidente da Associação Portuguesa de Compras e Aprovisionamento*  
*Administração Pública e Centros de Saber* – Facilitadores: *Eng. João Vila Lobos, Assessor da Presidência do Instituto do Ambiente, e Prof. Doutor Paulo Ferrão, Director do Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico*
- 17H15** Síntese do debate e apresentação da Declaração do Tejo  
*Prof. Doutor António Gonçalves Henriques, Equipa de projecto da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*
- 18H00** Encerramento  
*Eng. Mário Parra da Silva, Presidente da APEE*



### DECLARAÇÃO DO TEJO<sup>1</sup>

#### Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal

#### Enquadramento

A União Europeia assumiu o objectivo geral e a longo prazo de Desenvolvimento Sustentável, materializado na respectiva Estratégia em favor do Desenvolvimento Sustentável, publicada em 2001 e apresentada na Cimeira de Joanesburgo em 2002. A prosperidade económica, a igualdade social, a protecção do ambiente e a responsabilidade internacional são os principais princípios de DS, conforme assumido a nível europeu. Esta iniciativa é complementar à Estratégia de Lisboa, focalizada no aumento da competitividade através da inovação, na promoção de uma sociedade de conhecimento e na renovação social e ambiental.

No quadro do debate sobre a globalização, a competitividade e a sustentabilidade, a Comissão Europeia afirma o importante papel da Responsabilidade Social Empresarial, entendida como a *actuação voluntária das empresas, em colaboração com as partes interessadas, no sentido de conciliar as ambições económicas com as preocupações sociais e ambientais*. A nível europeu, o conceito de Responsabilidade Social centra-se nas empresas que, na sua qualidade de motores do crescimento económico, da criação de emprego e da inovação, são agentes fundamentais na realização dos objectivos da Estratégia de Lisboa e dos objectivos de desenvolvimento sustentável. Assim, a Comissão estabeleceu recentemente o objectivo de tornar a Europa um pólo de excelência em matéria de RSE, e para esse efeito aposta no reconhecimento do que as empresas europeias já fizeram neste domínio, incentivando-as a ir mais além. Tal reconhecimento materializa-se através do lançamento de uma Aliança Europeia no domínio da RSE, relativamente à qual as empresas de todas as dimensões são convidadas a exprimir voluntariamente o seu apoio (COM(2006) 136 final).

A Comissão encontra-se ainda a acompanhar o desenvolvimento de uma norma de orientação da ISO no domínio da responsabilidade social – a futura norma ISO 26000. Efectivamente, em Setembro de 2004 a ISO estabeleceu um Grupo de Trabalho cujo mandato é desenvolver uma Norma Internacional com orientações para a operacionalização da Responsabilidade Social nas organizações: a futura ISO 26000, com publicação prevista para 2008. Este trabalho destina-se a acrescentar valor a, e não a substituir, acordos inter-governamentais relevantes na matéria, como a Declaração da ONU sobre Direitos Humanos e os acordos da Organização Internacional do Trabalho. A norma destina-se a ser usada por organizações de todos os tipos e em qualquer contexto geográfico.

Portugal vem participando nestes esforços através da APEE (Associação Portuguesa de Ética Empresarial), na sua qualidade de Organismo de Normalização Sectorial para os domínios da Ética Empresarial e Responsabilidade Social, que lançou as Comissões Técnicas CT 164 – Responsabilidade Social e CT 165 – Ética Empresarial, no âmbito do Sistema Português de Normalização.

A CT 164 tem o mandato de acompanhar e contribuir para os desenvolvimentos da Norma ISO e, ainda mais importante, de elaborar uma Norma Portuguesa de Responsabilidade Social (RS), como resposta ao interesse crescente por parte das empresas e de outras organizações em actuar reconhecidamente em prol da sustentabilidade, e ao repto da própria ISO, que encorajou os diversos países a elaborarem as suas normas nacionais de RS. É de referir que o trabalho em Portugal se tem desenvolvido em articulação com o da também recém-criada CT 165 – Ética Empresarial, cujo principal objectivo é o desenvolvimento de uma norma sobre a elaboração e implementação de códigos de ética em organizações.

---

<sup>1</sup> A Declaração aqui apresentada é a versão final, que resultou do trabalho e debate efectuado neste *workshop* e contributos posteriores, coligidos e trabalhados pela equipa do INETI/CENDES responsável por esta iniciativa, em Julho de 2006.

## **DECLARAÇÃO DO TEJO**

### **Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal**

#### **Os desafios**

Embora inúmeros documentos e posições enquadrem a Responsabilidade Social e a Ética no contexto da sustentabilidade, a relação prática entre aqueles conceitos e o Desenvolvimento Sustentável ainda necessita de amplo debate, consenso e sistematização. Em primeiro lugar, porque existem diversas estratégias e práticas que materializam o objectivo de DS a nível das empresas, que no entanto carecem de integração e de objectivos e metas (aliados a sistemas de avaliação de desempenho) que façam a passagem do nível político, estratégico e de dimensão nacional/internacional para a esfera de actuação das empresas. Trata-se aqui de produção mais limpa, ecodesign e desenvolvimento de produtos sustentáveis, consumo sustentável, colaboração *multi-stakeholder*, práticas de boa governação, comunicação em matéria de sustentabilidade, etc. Em segundo lugar, porque a própria temática da RS tem sido alvo de múltiplas abordagens e entendimentos por parte das diferentes partes interessadas envolvidas no seu avanço, o que, embora assegure a flexibilidade necessária no complexo sistema produção-consumo, pode vir a ter o efeito perverso de descredibilizar a prática de RS.

O desafio é duplo: para as empresas consiste em orientarem efectivamente as suas práticas de Responsabilidade Social para os objectivos de Desenvolvimento Sustentável; para os governos consiste em criarem o contexto político e de suporte favorável a que as empresas socialmente responsáveis retirem o máximo de benefícios do seu desempenho e tenham as orientações necessárias para direccionarem a sua actuação.

Assim, com base

(i) no enquadramento político, a nível nacional e da UE, nestas matérias e

(ii) e no debate decorrido no âmbito do *workshop* “Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal”, organizado pelo INETI/CENDES (Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Centro para o Desenvolvimento Empresarial Sustentável) a 15 de Maio de 2006, no âmbito da Semana da Responsabilidade Social ([www.apee.pt](http://www.apee.pt))

elaborou-se a presente Declaração do Tejo, que contempla um conjunto de recomendações organizadas em duas partes:

Parte I – Recomendações para o trabalho das Comissões Técnicas de Normalização 164 e 165

Parte II – Recomendações para a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

# **DECLARAÇÃO DO TEJO**

## **Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal**

### **Parte I**

#### **Recomendações para o trabalho das Comissões Técnicas de Normalização 164 e 165**

Para que as empresas que venham a adoptar as futuras Normas Portuguesas de Responsabilidade Social e de Ética contribuam de modo mais efectivo para o Desenvolvimento Sustentável em Portugal, recomenda-se às respectivas Comissões Técnicas que tenham os seguintes aspectos em consideração na elaboração das Normas:

- 1) Relacionar a ética e a responsabilidade social com a função social da organização em termos de desenvolvimento sustentável:
  - Em que é que a organização, nos seus vários níveis de actuação, contribui para a sustentabilidade do desenvolvimento?
  - Em que medida é que as práticas de responsabilidade social respondem aos desafios pertinentes da sustentabilidade ou se limitam a aspectos laterais?
- 2) Promover a inovação e o espírito empresarial em tecnologias, produtos e serviços sustentáveis destinados a preencher necessidades sociais, adaptados à realidade local.
- 3) Considerar a gestão do ciclo de vida de produtos e serviços, incluindo os custos invisíveis associados, e a colaboração com os parceiros envolvidos na cadeia de valor.
- 4) Reforçar o diálogo pró-activo com e o envolvimento de todas as partes interessadas na gestão da responsabilidade social das organizações.
- 5) Compromisso com a contribuição para padrões de consumo mais sustentáveis, através por exemplo, de ecodesign, desmaterialização, sistemas produto-serviço, aquisições sustentáveis, rotulagem ambiental e social, relatórios de sustentabilidade, etc.
- 6) Fomentar práticas de marketing e publicidade éticas e socialmente responsáveis, desencorajando o sobreconsumo.
- 7) Contabilizar a produção de *outputs* não desejados por unidade de produto ou serviço oferecido à sociedade, por forma a estimular a sua prevenção ou minimização e a valorizar aqueles que não possam ser evitados.
- 8) Estar em linha com os objectivos nacionais e comunitários de criação de oportunidades de emprego para categorias prioritárias, de acordo, por exemplo, com o Plano Nacional de Emprego e o Programa Nacional para a Inclusão.
- 9) Contemplar as necessidades das PME para fomentar a sua adesão às normas.
- 10) Compromisso com a contribuição para atingir os objectivos nacionais e comunitários de eficiência energética e uso de energias renováveis e biocombustíveis.
- 11) Compromisso com a contribuição para atingir os objectivos nacionais e comunitários a nível das alterações climáticas.

## DECLARAÇÃO DO TEJO

### Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal

- 12) Colaboração com actores locais na prossecução de estratégias de desenvolvimento sustentável a nível local, de acordo, por exemplo, com os princípios da Carta de Aalborg (Agenda 21 Local).
- 13) Actuar no exterior da União Europeia de uma forma socialmente responsável, tal como as empresas actuam dentro da União Europeia.
- 14) Complementar as normas com guias sectoriais ou dirigidos a áreas de necessidade, por exemplo, sector financeiro, turismo, mobilidade, etc., envolvendo especialistas, como por exemplo centros tecnológicos e associações sectoriais. Tais guias devem conter indicadores e boas práticas que permitam *benchmarking* a nível nacional e internacional.

## Parte II

### Recomendações para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Para que a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e respectivo Plano de Implementação propiciem um contexto mais adequado às práticas éticas e socialmente responsáveis das empresas, recomenda-se à Equipa da ENDS o seguinte:

- 1) Incluir como meta global transversal da ENDS a de colocar Portugal entre os países mais pró-activos da EU na prossecução dos objectivos, metas e acções da Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável.
- 2) A previsão da articulação da ENDS com o Plano de Acção da União Europeia para a Produção e Consumo Sustentáveis (PCS), que a Comissão propôs até 2007, no quadro do Processo de Marraxixe e da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. Tal articulação deverá prever a definição de indicadores, metodologias e bases de dados para medir e encorajar o progresso em produção e consumo sustentáveis e consubstanciar-se no desenvolvimento de um Plano de Acção nacional para a PCS.
- 2) Incluir a dimensão ética das organizações na ENDS.
- 3) No âmbito do primeiro objectivo da ENDS, **Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”**, introduzir a dimensão da sustentabilidade no esforço de investimento em conhecimento e inovação.
- 4) No âmbito do primeiro objectivo da ENDS, incluir a meta de promover a inclusão das temáticas de desenvolvimento sustentável, ética e responsabilidade social no sistema de ensino formal e informal, em todos os níveis de escolaridade.
- 5) Ainda no âmbito do primeiro objectivo da ENDS, incluir a meta de integração das temáticas de desenvolvimento sustentável, ética e responsabilidade social nos currículos dos cursos superiores relevantes (engenharias, gestão de empresas, arquitectura e design industrial, entre outros), como critério para a sua homologação.

## DECLARAÇÃO DO TEJO

### Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal

- 6) No âmbito do segundo objectivo da ENDS, **Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética**, incluir como vector estratégico a dissociação do crescimento económico da degradação ambiental, no quadro da prioridade estratégica **III.2.4 Crescimento económico mais eficiente no uso de energia e recursos naturais e com menor impacte no ambiente, designadamente nas alterações climáticas**.
- 7) No âmbito do segundo objectivo da ENDS, incluir como meta a promoção das eco-inovações, das inovações sociais e das tecnologias ambientais, nomeadamente através do Plano de Acção sobre Tecnologias Ambientais.
- 8) No âmbito do segundo objectivo da ENDS e da meta relativa ao estímulo a iniciativas voluntárias conducentes à produção e consumo sustentáveis, diferenciar metas para instrumentos já conhecidos das empresas de metas para novos instrumentos, alargando o seu espectro. Assim:
  - Definir a meta de colocar Portugal entre os melhores da Europa em matéria de implementação de sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), de adesão a sistemas de rotulagem ecológica e social e de elaboração de relatórios de sustentabilidade;
  - Definir a meta de promover a adesão das organizações a novos referenciais relevantes, nomeadamente as futuras normas portuguesas de responsabilidade social e ética empresarial;
  - Definir a meta de promover a adopção, por parte das organizações, de estratégias e modelos de gestão orientados para a sustentabilidade, nomeadamente produção mais limpa, eco-eficiência, design para a sustentabilidade e desenvolvimento de sistemas produto-serviço;
  - Encontrar formas adequadas de apoiar as PME na implementação dos mecanismos voluntários acima descritos, dada a sua falta de recursos e difícil acesso ao mercado de capitais.
- 9) Ainda no âmbito do segundo objectivo da ENDS, definir a meta de promoção do consumo sustentável através, por exemplo, de:
  - Incentivo à investigação e monitorização sobre comportamentos e preferências dos consumidores;
  - Incentivo à inclusão de critérios de sustentabilidade nos testes comparativos ou ensaios de “melhor compra” de divulgação ao público;
  - Formação e informação dos consumidores sobre os impactes ambientais e sociais dos bens e serviços.
- 10) Finalmente, e ainda no âmbito do segundo objectivo da ENDS, definir a meta de estimular as instituições financeiras a complementarem os critérios de análise financeira e de investimento com critérios ambientais e sociais.
- 11) No âmbito do quarto objectivo da ENDS, **Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social**, e para além da promoção de estilos de vida saudáveis, incluir a meta de promover de forma efectiva estilos de vida sustentáveis.

## DECLARAÇÃO DO TEJO

### Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável em Portugal

- 12) No âmbito do sexto objectivo da ENDS, **Papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional**, incluir a meta de promover acções voluntárias transversais e transnacionais que assegurem práticas de responsabilidade social no quadro da globalização, nomeadamente através da dinamização da Aliança Europeia para a RSE junto do tecido empresarial português.
- 13) Ainda no âmbito do sexto objectivo da ENDS, promover debates sobre a operacionalização do desenvolvimento sustentável a nível das organizações no quadro da globalização.
- 14) No âmbito do sétimo objectivo da ENDS, **Uma administração pública mais eficiente e modernizada**, e enquadrados na prioridade estratégica III.7.1 Domínio de informação e reflexão estratégica, incluir como vectores estratégicos:
  - A adopção dos princípios norteadores das políticas, conforme definidos na Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável: Promoção e protecção dos direitos fundamentais; Sociedade aberta e democrática; Envolvimento dos cidadãos; Envolvimento das empresas e dos parceiros sociais; Coerência das políticas e governação; Integração das Políticas; Utilizar os melhores conhecimentos disponíveis; Princípio da precaução; Princípio do poluidor pagador.
  - Incluir as dimensões da sustentabilidade, ética e responsabilidade social na reformulação legal e nas políticas sectoriais.
- 15) Finalmente, e ainda no âmbito do sétimo objectivo da ENDS, incluir a meta de inclusão de critérios ambientais e sociais nas compras públicas de bens e serviços através, por exemplo, do desenvolvimento de um sistema de qualificação de fornecedores na Administração Pública que funcione como exemplo de actuação.

### Fazer a ponte...

#### Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável

Cristina Rocha, Rui Frazão e Paula Duarte  
INETI/CENDES  
15 de Maio de 2006

### Agenda 21 – Indústria (1992)

- **Promoção da Produção Mais Limpa**
  - Eficiência da utilização de recursos naturais
  - Prevenção/minimização de resíduos por unidade de output desejado
- **Promoção do Empresariado Responsável**
  - Gestão do ciclo de vida
  - Empenhamento na implementação de políticas para a sustentabilidade a nível da empresa

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

### Relatório Bruntland (1987)

- o desenvolvimento que procura satisfazer as **necessidades** do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades
  - tempo
  - espaço

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

### Estratégia Europeia em favor do Desenvolvimento Sustentável (2001)

- Completar a estratégia de Lisboa
- Efeitos económicos, sociais e ambientais
- Estratégias nacionais
- Cimeira de Joanesburgo

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

### Relatório Bruntland (1987)

- **processo de mudança**, através do qual a exploração de **recursos**, o direccionamento dos **investimentos**, a orientação do desenvolvimento **tecnológico** e as mudanças **institucionais** se vão tornando consistentes com as necessidades das gerações actuais e futuras

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

### Plano Implementação Joanesburgo (2002)

- erradicação da pobreza
- mudança dos padrões insustentáveis de produção e consumo: **Processo de Marraquexe**
- protecção e gestão da base de recursos naturais do desenvolvimento económico e social
- desenvolvimento sustentável num mundo globalizado: **RSE**

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Processo de Marraquexe (2005)

2002 - Cimeira de Joanesburgo:

- Desenvolver quadro de programas a 10 anos para PCS
- Vencer o desafio da implementação

2003 – Primeira reunião internacional de especialistas sobre PCS (Marraquexe)

2003-2005 – Reuniões regionais

2005 – Segunda reunião internacional de especialistas sobre PCS (São José)

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Processo de Marraquexe (2005)

### Estratégias regionais/nacionais de Produção e Consumo Sustentáveis

Desafios:

- Desenvolvimento de estratégias nacionais de PCS – adequabilidade às circunstâncias nacionais, coerência, globalização das cadeias de valor, inclusão de aspectos sociais e económicos nas estratégias nacionais de PCS
- Inter-relações com outras estratégias de desenvolvimento – redução da pobreza; competitividade
- Implementação das estratégias
- Desenvolvimento de indicadores e monitorização
- Aprendizagem

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Processo de Marraquexe (2005)

### Processos produtivos e desenvolvimento industrial

Desafios:

- Actualmente – enfoque ainda no lado da produção
- Transferência de tecnologias – insuficiente, necessidade de complementar com conhecimento (ex. Centros PML, Centros PCS)
- Mecanismos para apoiar PML em PME's
- Globalização da produção (acções colectivas, parcerias sectoriais, códigos de conduta, abordagens políticas para PCS, green procurement, Fair Trade, EMA, )
- Mercados financeiros são essenciais (acções conjuntas decisores políticos e instituições financeiras)

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### Enquadramento

- Estratégia Relançada de Lisboa (2005)
- Recentrar as prioridades
  - Emprego
  - Crescimento em linha com EEDS

### Motores das reformas estruturais

- Envelhecimento da população
- Colher os benefícios da globalização

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Processo de Marraquexe (2005)

### Consumo sustentável e desenvolvimento do produto

Desafios:

- Aquisições sustentáveis
- Abordagem do ciclo de vida no desenvolvimento do produto
- Design para a sustentabilidade
- Indicadores, metodologias e bases de dados – medir e encorajar o progresso em CS (UN Consumer Protection Guidelines)
- Comportamento e preferências do consumidor
- Comunicação ao público e publicidade

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### DOMÍNIOS ESPECÍFICOS DE ACÇÃO PRIORITÁRIA

#### Aumentar o investimento no conhecimento e inovação

- Despesas públicas e sector privado
- Cooperação entre investigação pública e indústria
- Apoio aos mercados de produtos inovadores
- Educação, formação, aprendizagem ao longo da vida

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### DOMÍNIOS ESPECÍFICOS DE ACÇÃO PRIORITÁRIA

- Libertar o potencial das empresas / PME
  - Impulsionar a competitividade, a inovação e a produtividade no âmbito de políticas que tenham em conta a dimensão social
  - Apoio ao empreendedorismo (jovens e mulheres)
  - Acesso ao mercado de contratos públicos, à normalização e à internacionalização (PME)

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### POLÍTICA ENERGÉTICA PARA A EUROPA Promover a sustentabilidade ambiental

- Eficiência energética (20% até 2020)
- Energias renováveis (15% até 2015) e biocombustíveis (8% até 2015)
- Plano de Acção da Biomassa
- Alterações climáticas (médio/longo prazo)

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### DOMÍNIOS ESPECÍFICOS DE ACÇÃO PRIORITÁRIA

- Aumentar as oportunidades de emprego para categorias prioritárias
  - Participação no mercado de trabalho de jovens, mulheres, idosos, com deficiência, migrantes legais, minorias
  - Estratégia Europeia de Emprego
  - Situação dos jovens no mercado de trabalho
  - Estratégias de envelhecimento activo
  - Emprego das mulheres e equilíbrio entre vida profissional e familiar
  - Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos
  - "Flexigurança"

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO P.V. AMBIENTAL

#### Linhas de acção

- Promover as eco-inovações e as tecnologias ambientais (ETAP)
- Alterações climáticas: mecanismo, após 2012, para o objectivo dos 2°C
- Rever indicadores estruturais do ambiente - dimensão ambiental da Estratégia de Lisboa
- Sustentar o declínio da biodiversidade até 2010
- Alcançar padrões de produção e de consumo mais sustentáveis; elaboração de um plano de acção em PCS

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### POLÍTICA ENERGÉTICA PARA A EUROPA Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura

- Aumentar a segurança do abastecimento
- Assegurar a competitividade das economias europeias e uma oferta energética a preços acessíveis
- Promover a sustentabilidade ambiental

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2005)

- Tendências insustentáveis
  - Alterações climáticas e energia
  - Saúde pública
  - Pobreza e exclusão social
  - Envelhecimento da sociedade
  - Gestão dos recursos naturais
  - Transportes

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### DOMÍNIOS ESPECÍFICOS DE ACÇÃO PRIORITÁRIA

- Libertar o potencial das empresas / PME
  - Impulsionar a competitividade, a inovação e a produtividade no âmbito de políticas que tenham em conta a dimensão social
  - Apoio ao empreendedorismo (jovens e mulheres)
  - Acesso ao mercado de contratos públicos, à normalização e à internacionalização (PME)

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### POLÍTICA ENERGÉTICA PARA A EUROPA

#### Promover a sustentabilidade ambiental

- Eficiência energética (20% até 2020)
- Energias renováveis (15% até 2015) e biocombustíveis (8% até 2015)
- Plano de Acção da Biomassa
- Alterações climáticas (médio/longo prazo)

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### DOMÍNIOS ESPECÍFICOS DE ACÇÃO PRIORITÁRIA

- Aumentar as oportunidades de emprego para categorias prioritárias
  - Participação no mercado de trabalho de jovens, mulheres, idosos, com deficiência, migrantes legais, minorias
  - Estratégia Europeia de Emprego
  - Situação dos jovens no mercado de trabalho
  - Estratégias de envelhecimento activo
  - Emprego das mulheres e equilíbrio entre vida profissional e familiar
  - Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos
  - "Flexigurança"

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO P.V. AMBIENTAL

#### Linhas de acção

- Promover as eco-inovações e as tecnologias ambientais (ETAP)
- Alterações climáticas: mecanismo, após 2012, para o objectivo dos 2°C
- Rever indicadores estruturais do ambiente - dimensão ambiental da Estratégia de Lisboa
- Suster o declínio da biodiversidade até 2010
- Alcançar padrões de produção e de consumo mais sustentáveis; elaboração de um plano de acção em PCS

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Conselho da Primavera (2006)

### POLÍTICA ENERGÉTICA PARA A EUROPA

#### Estratégia Europeia para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura

- Aumentar a segurança do abastecimento
- Assegurar a competitividade das economias europeias e uma oferta energética a preços acessíveis
- Promover a sustentabilidade ambiental

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2005)

### ■ Tendências insustentáveis

- Alterações climáticas e energia
- Saúde pública
- Pobreza e exclusão social
- Envelhecimento da sociedade
- Gestão dos recursos naturais
- Transportes

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2005)

- A CE apela  
*... «aos líderes empresariais e às restantes partes interessadas na Europa para que, juntamente com os dirigentes políticos, dêem início a uma reflexão urgente sobre as políticas a médio e a longo prazo necessárias para um desenvolvimento sustentável e proponham soluções empresariais ambiciosas que vão para além dos actuais requisitos mínimos legais»*

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2006)

- Objectivos-chave
  - **prosperidade económica**
    - Promover uma economia próspera, inovadora, rica em conhecimento, competitiva e eco-eficiente
    - Fornecer elevados padrões de vida
    - Fornecer emprego total e de elevada qualidade

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2006)

- Objectivos-chave
  - **protecção ambiental**
    - Salvaguardar a capacidade do planeta de suportar a vida em toda a sua diversidade
    - Respeitar os limites dos recursos naturais
    - Assegurar um nível elevado de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente
    - Prevenir e reduzir a poluição e promover a produção e o consumo sustentáveis para dissociar o crescimento económico da degradação ambiental

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2006)

- Objectivos-chave
  - **responsabilidades internacionais**
    - Encorajar o estabelecimento e defender a estabilidade de instituições democráticas por todo o mundo, com base na paz, segurança e liberdade
    - Promover activamente o desenvolvimento sustentável no mundo
    - Assegurar que as políticas internas e externas da UE são consistentes com o desenvolvimento sustentável a nível global e com os seus compromissos internacionais

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2006)

- Objectivos-chave
  - **coesão e equidade social**
    - Promover uma sociedade democrática e socialmente inclusiva, coesa, salutar, segura e justa
    - Respeitar os direitos fundamentais e a diversidade cultural
    - Criar oportunidades iguais
    - Combater a discriminação em todas as suas formas

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2005)

- **Desafios chave**
  - Alterações climáticas e energia
  - Transportes sustentáveis
  - Padrões sustentáveis de produção e consumo
  - Gestão dos recursos naturais
  - Saúde pública
  - Exclusão social, demografia e migração
  - Pobreza global e desafios do desenvolvimento

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" – 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2005)

### ■ Indicadores

- Taxa de crescimento do PIB per capita
- Taxa da população em-risco-de-pobreza depois das transferências sociais
- Taxa de dependência das pessoas idosas
- Esperança de vida sadia à nascença por género
- Emissões totais de gases de estufa
- Consumo bruto de energia por tipo de combustível

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Estratégia Nacional (2006)

### ■ Objectivos:

1. preparar Portugal para a «sociedade do conhecimento»
2. crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética
3. melhor ambiente e valorização do património natural
4. mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social
5. melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território
6. um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional
7. uma administração pública mais eficiente e modernizada

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Revisão Estratégia Europeia (2005)

### ■ Indicadores

- Consumo doméstico de materiais e PIB a preços constantes
- Tendências das populações de aves em espaços rurais
- Capturas de peixe para além dos limites biológicos seguros
- Consumo de energia por tipo de transporte e PIB a preços constantes
- Nivel de confiança dos cidadãos nas instituições da UE
- Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do RNB

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Estratégia Nacional (2006)

### ■ 2. crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética

#### • Metas:

- Estimular as iniciativas voluntárias conducentes à produção e consumo sustentáveis - promoção de sistemas de gestão ambiental e de eco-eficiência na indústria (parcerias público-privadas, contratos de melhoria contínua, certificação ambiental ISO 14000 e registo EMAS, Rótulo Ecológico, Ética e responsabilidade social, etc.)

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (2006)

### ■ Desígnio:

- Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## COM(2006) 136 final

### TORNAR A EUROPA UM PÓLO DE EXCELÊNCIA EM RSE

- **Março de 2000:** O Conselho de Lisboa apelou sentido de responsabilidade social das empresas
- **2001:** Livro Verde sobre RSE - COM(2001) 366 final
- **2002:** COM(2002) 347 final
- **2002:** Criação de um Fórum Multilateral Europeu sobre RSE

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## COM(2006) 136 final

### Uma Aliança Europeia para a RSE

- as empresas europeias de todas as dimensões são convidadas a exprimir voluntariamente o seu apoio
- não é um instrumento jurídico nem se destina a ser assinada pelas empresas, pela Comissão ou por qualquer entidade pública
- não existem requisitos formais de declaração de apoio à Aliança
- a Comissão não manterá uma lista de empresas que a apoiem
- o contributo da Comissão para a Aliança será uma maior promoção da RSE
- não haverá novas obrigações financeiras para a Comissão

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## ISO/TMB WG SR

- **Desenvolvimento de uma norma internacional (guia) sobre Responsabilidade Social – ISO 26000** – conferência e reunião de Estocolmo, 2004
- **Representação de grupos de interesse ou stakeholders**
  - Organizações laborais
  - Governo
  - Indústria
  - ONG
  - Consumidores
  - Serviços, suporte, investigações e outros
- **Representações de organismos de *Liaison***

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## COM(2006) 136 final

### Aliança Europeia para a RSE - Áreas prioritárias de actuação:

- promover a inovação e o espírito empresarial em tecnologias, produtos e serviços sustentáveis
- ajudar as PME a desenvolver-se e a crescer
- ajudar as empresas a integrar as considerações sociais e ambientais nas suas operações comerciais
- melhorar e desenvolver competências para a empregabilidade
- responder melhor à diversidade e ao desafio da igualdade de oportunidades

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## ISO/TMB WG SR

### ISO 26000

- **Data prevista de publicação: 2008**
- **Documento guia**
- **Linguagem simples, acessível a não-especialistas**
- **Acréscimo de valor (e não substituir) acordos intergovernamentais (Declaração ONU Direitos Humanos, Convenções OIT)**
- **Aplicável a organizações de todas as dimensões e contexto geográfico**

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## COM(2006) 136 final

### Aliança Europeia para a RSE - Áreas prioritárias de actuação:

- melhorar as condições de trabalho, também em cooperação com a cadeia de abastecimento
- inovar no domínio do ambiente - integração da ecoeficiência e eficiência energética no processo de criação de produtos e serviços
- reforçar o diálogo pró-activo e o compromisso com todas as partes interessadas
- enfrentar o desafio da transparência e da comunicação
- actuar no exterior da União Europeia de uma forma social e ecologicamente responsável, tal como as empresas actuam dentro da União Europeia

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

## Comissões Técnicas Responsabilidade Social e Ética Empresarial

- **ONS: APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial**
- **CT 164 – Objectivos:**
  - Elaborar norma portuguesa de responsabilidade social
  - Acompanhar o desenvolvimento da norma ISO 26000 (ISO/TMB/WG SR)
- **CT 165 – Objectivo:**
  - Elaborar norma portuguesa sobre a metodologia de elaboração e implementação de códigos de ética em organizações

Workshop "Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável" - 15 de Maio de 2006

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

António Gonçalves Henriques

**A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

um instrumento mobilizador da sociedade portuguesa, dos diferentes parceiros sociais e, individualmente, de cada cidadão em particular, para os desafios do desenvolvimento sustentável do País.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

**A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

- Um **Quadro Estratégico**, contendo a enunciação dos objectivos e das orientações estratégicas.
- Um **Programa de Acção**, identificando, objectivamente, as medidas, as acções e os instrumentos para atingir esses objectivos.
- Um **Programa de Monitorização e Avaliação**, traduzido num sistema de indicadores e de mecanismos de acompanhamento e controlo de implementação.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

**DESÍGNIO**

Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

1º Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"

2º Crescimento sustentado e competitividade à escala global

3º Melhor ambiente e valorização do património natural

4º Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social

5º Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território

6º Papel activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional

7º Administração Pública mais Eficiente e Modernizada

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

**1º Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"**

- **acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico** como base para a inovação e a qualificação;
- **melhorar as qualificações** e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

## 2º Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética

- um **crescimento mais rápido da economia portuguesa**, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente
- num **crescimento mais significativo da produtividade**,
- associado a um **forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis**, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige
- uma **mudança no padrão de actividades do país**, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional,
- aproveitando e estimulando as **possibilidades endógenas do País**.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



## 3º Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural

modelo de desenvolvimento que integre

- a **protecção do ambiente**, com base na **conservação e gestão sustentável dos recursos naturais**, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e,
- o **combate às alterações climáticas** que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para a sustentabilidade.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



## 4º Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social

- As instituições responsáveis pela satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social sejam capazes de **promover a qualidade de vida e de trabalho e garantir o envelhecimento da população num quadro de coesão e equidade sociais**, sem provocarem uma dinâmica explosiva da dívida pública e/ou uma carga adicional de impostos.
- Em particular, a **introdução de novas tecnologias** deve ser acompanhada por **medidas apropriadas de inclusão social**, em particular medidas de combate à info-exclusão.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



## 5º Maior Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território

- mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos directos no território, de modo a **reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal** no contexto europeu,
- melhorar ou criar **infra-estruturas de acesso eficaz às redes de comunicação e transportes mundiais**, tirando partido da conectividade digital, reforçando as condições de competitividade nacional e regional, e
- **valorizar o papel das cidades** como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis, e reforçando o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



## 6º Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional

- **cooperação internacional em torno da sustentabilidade global**, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para afirmação de Portugal no mundo, e
- contribuir de forma empenhada para a **conservação da biodiversidade e para a sustentabilidade dos ecossistemas**, bem como
- para um **ambiente melhor e mais seguro à escala do planeta**

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



## 7º Administração Pública mais Eficiente e Modernizada

- Modernização da Administração Pública como elemento fundamental para uma Governação com sentido Estratégico e para uma melhor eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos.
- Colocar a Administração ao serviço do desenvolvimento do País, adaptando-a nas suas funções e modelos organizacionais e melhorando a qualidade e eficiência dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas com base em tecnologias da informação e comunicação,
- Garantir uma acção integrada centrada na resolução de problemas,
- Facilitar a actuação das empresas ao longo do seu ciclo de vida, e
- Contribuir para uma sociedade mais justa e regulada, nomeadamente pela maior eficácia do sistema de justiça.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

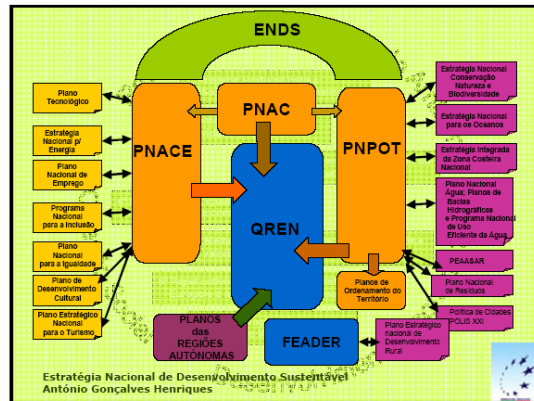


## METAS GLOBAIS TRANSVERSAIS

Colocar Portugal em 2015:

1. Num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia
2. Entre os primeiros quinze países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)
3. Entre os primeiros vinte e cinco países mais competitivos do mundo

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



## 1º Preparar Portugal para a "Sociedade do Conhecimento"

- Consolidação do Ensino Básico e Secundário e expansão da educação e formação de nível secundário, garantindo a melhoria da qualificação de base.
- Melhoria da qualidade e estímulo à mobilidade no ensino superior
- Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico
- Dinamização da aprendizagem ao longo da vida, aumentando os níveis habilitacionais e de qualificação.
- Mobilização da Sociedade para uma maior criatividade artística e cultural

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

## 2º Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética

- Novo impulso à inovação empresarial!
- Economia competitiva à escala global, orientada para actividades de futuro e criadora de emprego
- Sociedade e economia preparadas para tirar partido das tecnologias da informação e comunicação
- Crescimento económico mais eficiente no uso de energia e recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

## 3º Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural

- Combate às alterações climáticas,
- Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente,
- Gestão integrada do ar,
- Actividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a Conservação da Natureza e a valorização da paisagem,
- Conservação da Natureza e da Biodiversidade, articulada com as políticas sectoriais e de combate à desertificação.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

## 3º Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural


- Aproveitamento dos oceanos como factor de diferenciação e de desenvolvimento,
- Gestão dos riscos naturais e tecnológicos, mobilizando a participação da população interessada,
- Gestão integrada de resíduos.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques

**4º Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social**

- EQUIDADE, MELHOR PRESTAÇÃO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS SISTEMAS DE PROTECÇÃO SOCIAL
- REFORÇO DA PREVENÇÃO E REABILITAÇÃO ORIENTADAS PARA GANHOS EM SAÚDE
- DINÂMICA DE EMPREGO QUE PROMOVA A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E A INTEGRAÇÃO SOCIAL
- SOCIEDADE INCLUSIVA QUE PROMOVA REDES DE SOLIDARIEDADE E COMUNIDADES DINÂMICAS

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



**5º Maior Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território**

- MELHOR CONECTIVIDADE INTERNACIONAL DO PAÍS
- ACESSIBILIDADES QUE CONTRIBUAM PARA A COESÃO TERRITORIAL E PARA UM MODELO TERRITORIAL MAIS POLICÊNTRICO
- CIDADES ATRACTIVAS, ACESSÍVEIS E SUSTENTÁVEIS
- APOIOS REFORÇADOS A REGIÕES COM MAIS GRÁVES DÉFICES DE DESENVOLVIMENTO

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



**6º Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional**

- ESTRUTURAÇÃO DE UMA REDE DE RELAÇÕES PRIVILEGIADAS COM A EUROPA MAIS COMPETITIVA E INOVADORA
- REFORÇO DAS RELAÇÕES COM OUTRAS REGIÕES INOVADORAS E DINÂMICAS DO MUNDO
- FORTALECIMENTO DOS LAÇOS ENTRE OS ESTADOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E REFORÇO DA SUA INTERVENÇÃO INTERNACIONAL
- FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA PROTECÇÃO AMBIENTAL E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL


Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



**7º Administração Pública mais Eficiente e Modernizada**

- DOMÍNIO DE INFORMAÇÃO E REFLEXÃO ESTRATÉGICA
- REESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
- REFORMA DOS REGIMES DA FUNÇÃO PÚBLICA
- MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS E PROCESSOS, COM USO INTENSIVO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO
- MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E JUSTIÇA

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável  
António Gonçalves Henriques



**WORKSHOP – ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL**

INET/CENDES - APEE, Lisboa, 15 de Maio de 2006

**A Sustentabilidade Empresarial  
O Papel da Actuação Pública  
Um Contributo**

**Maria Ester Silva**  
Direcção Serviços de Desenvolvimento Sustentável  
Direcção-Geral da Empresa

Ministério da Economia e da Inovação

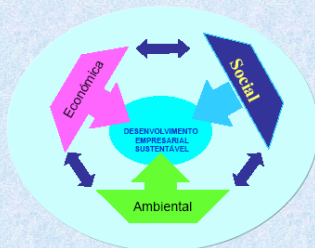
**A Sustentabilidade Empresarial  
O Papel da Actuação Pública  
Um Contributo**

1. INTRODUÇÃO
2. EXEMPLOS DE MEDIDAS QUE POTENCIAM A RSE
  - Licenciamento industrial
  - Rótulo Ecológico
  - Projecto em desenvolvimento na UE
3. A PERSPECTIVA DA DGE PARA A RSE

DG Empresa

M. Ester Silva

**DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL SUSTENTÁVEL  
EXIGE ACTUAÇÃO EQUILIBRADA NAS SUAS 3 DIMENSÕES:**

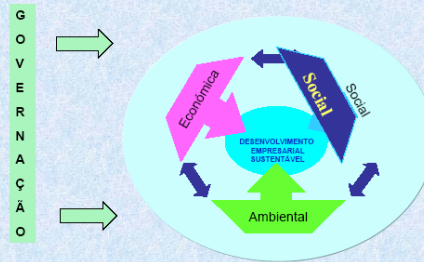


DG Empresa

M. Ester Silva

**DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL SUSTENTÁVEL**

**DESAFIOS E OPORTUNIDADES**



DG Empresa

M. Ester Silva

**DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL SUSTENTÁVEL**

**DESAFIOS ACTUAIS**

Internacional Global	→	Nações Unidas OCDE OMC OIT
União Europeia	→	Estratégia de Lisboa Perspectivas Financeiras 2007-2013 Estratégia Europeia do Desenvolvimento Sustentável Programa de Competitividade e Inovação
Nacional	→	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

DG Empresa

M. Ester Silva

**Comunicação da Comissão  
COM (2006) 136 final, 2006.03.22**

**Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego:  
Tornar a Europa um Pólo de Excelência em termos de  
Responsabilidade Social das Empresas  
Acções Propostas para promover uma maior aceitação das  
práticas de RSE**

1. Sensibilização e intercâmbio das melhores práticas
2. Apoio a iniciativas multilaterais com as partes interessadas
3. Cooperação com os Estados - Membros
4. Informação dos consumidores e transparência
5. Investigação
6. Ensino
7. PME
8. Dimensão internacional da RSE

DG Empresa

M. Ester Silva

**SISTEMA LICENCIAMENTO INDUSTRIAL**  
Dec. Lei nº 69/2003 de 10 de Abril

**OBJECTIVO ESTRATÉGICO**

ASSEGURAR A COMPATIBILIZAÇÃO DA PROTECÇÃO DO INTERESSE COLECTIVO COM A PROSECUÇÃO DOS INTERESSES DA INICIATIVA PRIVADA ATRAVÉS DA:

- SALVAGUARDA DAS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES,
- PROCURA DAS MELHORES CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

DG Empresa M. Ester Silva

**SISTEMA LICENCIAMENTO INDUSTRIAL**

**OBJECTIVO ESPECÍFICO**

PREVENÇÃO DOS RISCOS E INCONVENIENTES RESULTANTES DA EXPLORAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, VISANDO:

- SALVAGUARDAR A SAÚDE PÚBLICA E DOS TRABALHADORES
- A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS
- A HIGIENE E SEGURANÇA DOS LOCAIS DE TRABALHO
- A QUALIDADE DO AMBIENTE
- UM CORRECTO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

NUM QUADRO DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

DG Empresa M. Ester Silva

**SISTEMA LICENCIAMENTO INDUSTRIAL**

**POTENCIA:**

- A SIMPLIFICAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO
- A ECO-EFICIÊNCIA EMPRESARIAL E A ECOLOGIA INDUSTRIAL
- A INOVAÇÃO EMPRESARIAL
- A QUALIDADE DO AMBIENTE
- O CORRECTO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E A SUA PRODUTIVIDADE
- A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

DG Empresa M. Ester Silva

REGULAMENTO (CE) Nº 1980/2000 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 17 DE JULHO




**Sistema Comunitário Revisto de Atribuição do Rótulo Ecológico**

[www.dgempresa.min-economia.pt](http://www.dgempresa.min-economia.pt)

DG Empresa M. Ester Silva

**OBJECTIVO**



Promover produtos e serviços susceptíveis de contribuir para a redução de impactes ambientais negativos, e facultar aos consumidores informações credíveis e assentes em bases científicas sólidas, sobre aqueles produtos e serviços.

DG Empresa M. Ester Silva

**ANÁLISE DO CICLO DE VIDA**  
Aspectos Ambientais Considerados



<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade do Ar</li> <li>• Qualidade da Água</li> <li>• Protecção do Solo</li> <li>• Redução de Resíduos</li> <li>• Poupança de Energia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão de Recursos Naturais</li> <li>• Aquecimento Global</li> <li>• Protecção da Camada de Ozono</li> <li>• Segurança Ambiental</li> <li>• Ruído</li> <li>• Biodiversidade</li> </ul>
---	---

DG Empresa M. Ester Silva

**A PROMOÇÃO DA RSE NAS PME**

**PROJECTO EM DESENVOLVIMENTO PELA DG EMPRESA E  
INDÚSTRIA DA COMISSÃO DA UE**

DESIGNAÇÃO

Integração da Responsabilidade Social das Empresas

OBJECTIVO

Apoiar os Membros do Grupo e respectivas Organizações, bem como outras Entidades envolvidas nesta temática, a aceder a troca de experiências e de boas práticas relacionadas com a Promoção da RSE em PME.

<http://europa.eu.int/comm/crsforsmes>

DG Empresa M. Ester Silva

**A PROMOÇÃO DA RSE NAS PME**

**PROJECTO EM DESENVOLVIMENTO PELA DG EMPRESA E  
INDÚSTRIA DA COMISSÃO DA UE**

Temas a serem tratados:

RSE como motor de competitividade das PME (Jan 2006) {

- WG-1 RSE e Competitividade Regional
- WG-2 *Business case* de RSE em PME

DG Empresa M. Ester Silva

**A PROMOÇÃO DA RSE NAS PME**

**PROJECTO EM DESENVOLVIMENTO PELA DG EMPRESA E  
INDÚSTRIA DA COMISSÃO DA UE**

Temas a serem tratados:

Capacidade e Competência ao longo da cadeia de valor (Abril 2006) {

- WG-3 Competência na cadeia de valor
- WG-4 Processo de sensibilização das PME

DG Empresa M. Ester Silva

**A PROMOÇÃO DA RSE NAS PME**

**PROJECTO EM DESENVOLVIMENTO PELA DG EMPRESA E  
INDÚSTRIA DA COMISSÃO DA UE**

Temas a serem tratados:

Capacidade e Competência nas PME (Junho 2006) {

- WG-5 Ferramentas e Sistemas de Gestão
- WG-6 Cadeia de Valor

DG Empresa M. Ester Silva

**WG 1 - RSE e Competitividade Regional**

**Recomendações**

**Para as autoridades públicas:**

- Desenvolver a RSE relacionada com a política pública a nível regional, promovendo parcerias e mantendo o seu acompanhamento;
- Definir indicadores de desempenho e de eficiência que permitam medir a competitividade regional e a adopção da RSE pelas PME;
- Encorajar, por processos fiscais e administrativos, o desenvolvimento da RSE em *clusters* de PME, através da cooperação e diálogo com as grandes empresas e com as autoridades públicas;

DG Empresa M. Ester Silva

**WG 1 - RSE e Competitividade Regional**

**Recomendações**

**Para as autoridades públicas (continuação):**

- Promover a cooperação, das empresas- especialmente as que beneficiem de incentivos à integração da RSE- com fornecedores e subempreiteiros locais;
- Estabelecer parcerias com organizações intermediárias, associações profissionais, escolas e universidades;
- Trocar, com outras regiões, práticas de política pública e assessoria, tendo em vista a competitividade regional.

DG Empresa M. Ester Silva

### WG 1 - RSE e Competitividade Regional Recomendações

#### Para as organizações intermediárias:

- Consciencializar os Bancos, Câmaras de Comércio e Centros de Negócio, para a importância da política de RSE nas PME, desde a criação da empresa, envolvendo as actividades que apoiam as PME nas áreas de assessoria e gestão.
- Desenvolver competências e aptidões como interlocutores iniciais das empresas.

#### Para as grandes empresas:

- Desenvolver práticas de RSE nos subempreiteiros e fornecedores locais, numa perspectiva de integração e não de exclusão

DG Empresa

M. Ester Silva

### WG 2 – Business case de RSE em PME Recomendações

#### Para organizações que procuram implementar a RSE em PME

- Adaptar o *business case* às características específicas de cada empresa;
- Não insistir na ideia que a RSE levará sempre a um aumento de competitividade a curto prazo, mas enfatizar que a empresa se pode tornar mais forte e sustentável a longo prazo;
- Considerar se pode haver ganhos de competitividade através de acções conjuntas com outras empresas e partes interessadas, no mesmo sector, localidade ou *cluster*;

DG Empresa

M. Ester Silva

### WG 2 – Business case de RSE em PME Recomendações

#### Para organizações que procuram implementar a RSE em PME (continuação)

- Apostar nas áreas que parecem mais focadas para possíveis ganhos de competitividade;
- Poupanças com a utilização de medidas ambientais;
- Produtos e serviços inovadores e mais atractivos para as autoridades públicas e a maioria dos clientes;
- Atrair, reter e motivar os colaboradores;
- Melhorar a imagem;
- Estabelecer relações de confiança com as partes interessadas, internas e externas.

DG Empresa

M. Ester Silva

### RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

Constata-se com agrado que a RSE está num crescente desenvolvimento em Portugal

#### PERSPECTIVA DG Empresa

- Papel relevante das Políticas Públicas e seus actores na criação de condições que permitam dinamizar numa base voluntária, a adesão das empresas, em particular das PME:
  - Acções sensibilização
  - Divulgação de boas práticas
- Efeitos positivos directos e indirectos na competitividade

DG Empresa

M. Ester Silva

### RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

#### PERSPECTIVA DG Empresa

- Desenvolvimento da cooperação entre Grandes Empresas e PME no domínio da RSE
- Que a RSE constitua um domínio de actuação essencial para a construção de uma Cidadania Empresarial em sintonia com o objectivo do Desenvolvimento Sustentável
- Aumento da convergência da actuação integrada e articulada das vertentes:
  - Económica
  - Social
  - Ambiental

DG Empresa

M. Ester Silva



**Universo Jerónimo Martins**

- ↳ 2 séculos de existência
- ↳ 2 geografias: Portugal e Polónia
- ↳ 3 áreas de negócios: Distribuição, Indústria e Serviços
- ↳ Portefólio equilibrado: vários formatos, posições dominantes, equilíbrio entre maturidade e crescimento
- ↳ Cotada em bolsa: *free float* de 25,9%

**Universo Jerónimo Martins**

	Volume de Negócios		Colaboradores
	Valor (dados de 2005) (000.000€)	%	N.º
Holding			71
Distribuição Portugal	2.222	58	15.866
Distribuição Polónia	1.348	35	13.472
Indústria e Serviços *	259	7	1.344
<b>Total</b>	<b>3.828</b>	<b>100</b>	<b>30.753</b>

\* Ajustado a participações.



**Commitment do topo**

"Uma empresa socialmente responsável avalia os impactos das decisões que toma não só para o curto prazo, mas também para o médio e longo prazo sabendo que será avaliada, mais cedo ou mais tarde, pelas boas ou más consequências das suas acções tanto ao nível do lucro, como ao nível social e ambiental.

Uma empresa socialmente responsável assenta a sua competitividade numa postura de permanente inovação baseada numa cultura de conhecimento e de rigor de execução.<sup>1</sup>"

<sup>1</sup>E. A. Soares dos Santos, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Jerónimo Martins




**Código de Conduta**

Atingir os objectivos com elevados padrões de ética.

**Princípios de actuação**

- ↯ Cumprimento da **legislação** em vigor.
- ↯ Respeito pelos direitos dos **colaboradores** e **parceiros** de negócio.
- ↯ Escrupulosa **Qualidade e Segurança Alimentar**.
- ↯ Preocupação com **protecção ambiental**.
- ↯ Preocupação com comunidades **carenciadas**.



**Comissão de Ética**

Atingir os objectivos com elevados padrões de ética.

**Comissão de Ética:** acompanha, com isenção e independência, a divulgação e cumprimento do Código de Conduta.

**Comissão de Ética**


- ↯ Instituída em 2003.
- ↯ Órgão ao qual todos podem recorrer:
  - o remessa Livre.
  - o email.
- ↯ Anonimato assegurado.

**Provedor do Cliente**

Figura pioneira na distribuição alimentar em Portugal.

**Princípios de actuação**

- ↯ Complemento ao Serviço de Apoio ao Cliente.
- ↯ Defensor, **isento e independente**, dos direitos, garantias e interesses dos clientes Pingo Doce e Feira Nova.
- ↯ Intervenção reactiva e proactiva.



**Segurança Alimentar**

**Qualidade e Segurança Alimentar da origem ao consumidor.**

Política assente nos seguintes **princípios**

- ↯ Trabalho de forma preventiva => desde a produção à entrega ao cliente.
- ↯ Abrange todos os colaboradores: "Qualidade é responsabilidade de todos"
- ↯ Princípio Prioridade Máxima: + elevado nível de segurança alimentar.

**Segurança Alimentar & Ambiente**

**Pioneirismo**

**Gestretalho** - 1ª empresa do seu sector a obter dupla certificação em Portugal.

**Recheio** - 1ª cadeia de Distribuição em Portugal a obter uma certificação *multisite* em HACCP.



**Segurança Alimentar & Ambiente**

**Certificação em números**

- ↯ **3 Centros de Distribuição Gestretalho** com Certificação do Sistema Integrado de Gestão Ambiental e de Segurança Alimentar (HACCP) pela APCER.
- ↯ **21 unidades Recheio** com Certificação do Sistema de Segurança Alimentar (HACCP) pela SGS.
- ↯ **4 equipas** totalizando 13 colaboradores dedicados ao projecto.
- ↯ **2 anos** de trabalho das equipas.
- ↯ **67 auditorias internas**.
- ↯ Investimento ronda **10 milhões de euros**.

**Ambiente**

**Promovendo boas práticas ambientais.**

**Objectivos**

- ❖ **Minimizar:** impactes ambientais em toda a cadeia de fornecimento.
- ❖ **Garantir:** melhoria contínua do desempenho ambiental.
- ❖ **Promover:** gestão ambiental preventiva e a eco-eficiência.

Fornecedores	➡ Lojas e Centros de Distribuição	➡ Mercado
Parceria/cooperação Formação Avaliação	Diagnósticos Ambientais Eco-benchmarking Formação e Sensibilização	Campanhas de sensibilização Comunicação desempenho Cooperação

**Ambiente**

**Promovendo boas práticas ambientais.**

**Projecto Energia**

- ❖ Objectivo - reduzir o consumo de energia => combater as alterações climáticas
- ❖ Acções:
  - o intensa formação e sensibilização interna.
  - o equipamento mais eficiente:
    - o sensores de movimento
    - o Green Light
    - o Prioridade a equipamentos eco-eficientes
  - o reforço do *know-how* e do investimento em novas tecnologias.
  - o desenvolvimento de *eco-benchmarking* interno.

**Mecenato**

**Apoiando o desenvolvimento das comunidades.**

**Política de Mecenato Jerónimo Martins**

- ❖ Clara, assenta em 3 pilares, com 2 áreas de actuação: social e cultural.

↓

- o Princípios da diferença e da continuidade.
- o Todos os gestores são envolvidos.

**Mecenato**

**Apoiando o desenvolvimento das comunidades.**

**Associação "Aprender a Empreender"**

- ❖ "Não se nasce empreendedor, aprende-se"
- ❖ Projecto piloto em Portugal:
  - o 2,5 mscs
  - o 7 escolas
  - o 77 voluntários
  - o 1075 alunos
- ❖ Dinheiro + Capital Humano



**HÁ MAIS DE 200 ANOS A APOSTAR NUM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



**JERÓNIMO MARTINS**  
RESPONSABILIDADE SOCIAL

## Contactos

**Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação  
Centro para o Desenvolvimento Empresarial Sustentável**

Estrada Paço do Lumiar, 22

1649-038 LISBOA

T. +351 210 924 684

F. +351 217 154 084

[www.ineti.pt](http://www.ineti.pt)

**Instituto do Emprego e Formação Profissional**

Av. José Malhoa, 11

1099-018 LISBOA

T. +351 218 614 100

F. +351 217 227 013

[iefp.info@iefp.pt](mailto:iefp.info@iefp.pt)

[www.iefp.pt](http://www.iefp.pt)

**Direcção-Geral da Empresa**

Av. Visconde de Valmor, n° 72

1069-041 LISBOA

T. +351 217 919 100

F. +351 217 965 158

[dgempresa@dgcc.pt](mailto:dgempresa@dgcc.pt)

[www.dgempresa.min-economia.pt](http://www.dgempresa.min-economia.pt)

**Jerónimo Martins, SGPS, SA**

Rua Actor António Silva, 7

1600-404 LISBOA

T. +351 217 532 000

F. +351 217 526 174

[comunicacao@jeronimo-martins.pt](mailto:comunicacao@jeronimo-martins.pt)

[www.jeronimomartins.pt](http://www.jeronimomartins.pt)

**DHL Express Portugal**

Rua Cidade Liverpool, 16 – 2º Esq.

1199-009 LISBOA

T. +351 218 100 080

F. +351 218 154 213

[www.dhl.pt](http://www.dhl.pt)

**Associação Portuguesa de Compras e Aprovisionamento**

Alameda das Linhas de Torres, 201 – 3 Dto.

1750-143 LISBOA

T. +351 217 585 348

F. +351 217 585 348

[mail@apcadec.org.pt](mailto:mail@apcadec.org.pt)

[www.apcadec.org.pt](http://www.apcadec.org.pt)

**Instituto do Ambiente**

Rua da Murgueira, 9/9A

2610-124 AMADORA

T. + 351 214 728 200

F. + 351 214 719 074

[www.iambiente.pt](http://www.iambiente.pt)

**Instituto Superior Técnico**  
Av. Rovisco Pais  
1049-001 LISBOA  
T. +351 218 417 000  
F. +351 218 499 242  
[www.ist.utl.pt](http://www.ist.utl.pt)

## Links

Estratégia Europeia em favor do Desenvolvimento Sustentável

<http://europa.eu/generalreport/pt/2005/rg64.htm>

Plano de Implementação Joanesburgo

[http://www.un.org/jsummit/html/documents/summit\\_docs/2309\\_planfinal.htm](http://www.un.org/jsummit/html/documents/summit_docs/2309_planfinal.htm)

Processo de Marraquexe

<http://www.un.org/esa/sustdev/sdissues/consumption/Marrakech/conprod10Y.htm>

Conselho da Primavera

[http://ue.eu.int/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/en/ec/89013.pdf](http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/ec/89013.pdf)

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/>

COM (2006) 136 final

[http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2006/com2006\\_0136pt01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2006/com2006_0136pt01.pdf)

ISO/TMB WG SR

[http://isotc.iso.org/livelink/livelink/fetch/2000/2122/830949/3934883/3935096/06\\_contacts/contact\\_s/contacts.html](http://isotc.iso.org/livelink/livelink/fetch/2000/2122/830949/3934883/3935096/06_contacts/contact_s/contacts.html)

Sistema de Licenciamento Industrial – Dec. Lei nº 69/2003 de 10 de Abril

[http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT\\_LN\\_25747\\_1\\_0001.htm](http://www.diramb.gov.pt/data/basedoc/TXT_LN_25747_1_0001.htm)

Regulamento (CE) nº 1980/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Julho

[www.dgempresa.min-economia.pt](http://www.dgempresa.min-economia.pt)

Promoção da RSE em PME

<http://europa.eu.int/comm/crsforsmes>

Associação Aprender a Empreender

<http://www.evsilva.edu.pt/Aprender%20a%20Empreender/inicio.htm>